



# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 071

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 17 DE AGOSTO DE 2004

ANO XXIX

## *Mesa Diretora*

**HERMAS BRANDÃO**  
Presidente - PSDB

**ANDRÉ VARGAS**  
1º Vice-Presidente - PT

**AUGUSTINHO ZUCCHI**  
2º Vice-Presidente - PDT

**ARLETE CARAMÊS**  
3º Vice-Presidente - PPS

**NEREU MOURA**  
1º Secretário - PMDB

**GERALDO CARTÁRIO**  
2º Secretário - PSL

**CLEITON KIELSE**  
3º Secretário - PFL

**RENI PEREIRA**  
4º Secretário - PSB

**EDSON PRACZYK**  
5º Secretário - PL

**ABIB MIGUEL**  
Diretor Geral

## *Lideranças*

<i>Líder do Governo</i> .....	<i>Ângelo Vanhoni</i>
<i>Líder da Oposição</i> .....	<i>Durval Amaral</i>
<i>PTB</i> .....	<i>Carlos Simões</i>
<i>PFL</i> .....	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PSDB</i> .....	<i>Valdir Rossoni</i>
<i>PMDB</i> .....	<i>Antonio Anibelli</i>
<i>PP</i> .....	<i>Duílio Genari</i>
<i>PT</i> .....	<i>Elton Carlos Welter</i>
<i>PDT</i> .....	<i>Barbosa Neto</i>
<i>PSL</i> .....	<i>Luiz Carlos Martins</i>
<i>PL</i> .....	<i>Mauro Moraes</i>
<i>PPS</i> .....	<i>Ratinho Júnior</i>
<i>PSB</i> .....	<i>Dr. Luciano Ducci</i>

## *Representação Partidária*

*PMDB - 10: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - José Maria Ferreira - Nereu Moura - Rafael Greca; PT - 10: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Nelsinho Dal Santos - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; PSDB - 09: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Nelson Tureck - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; PFL - 05: Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; PDT - 04: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 03: Cida Borghetti - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli; PTB - 04: Ailton Araújo - Carlos Simões - Jocelito Canto; PPS - 04: Arlete Caramês - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; PSB - 02: Dr. Luciano Ducci - Reni Pereira; PL - 03: Chico Noroeste - Mauro Moraes - Pastor Edson Praczyk (em licença); PSL - 02: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins.*

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA  
15ª LEGISLATURA  
ATA DA 065ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM  
17 DE AGOSTO DE 2004**

*(terça-feira)*

Presidência do Sr. Deputado Hermas Brandão, secretariada pelos Srs. Deputados Reni Pereira e Geraldo Cartário.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, André Vargas, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Cleiton Kielse, Reni Pereira, Ademar Traiano, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, Antonio Anibelli, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Delegado Braddock, Dobrandino da Silva, Dr. Luciano Ducci, Duílio Genari, Durval Amaral, Elio Rusch, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Fernando Ribas Carli, Francisco Bühner, Hermes Fonseca, Jocelito Canto, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Nishimori, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Natálio Stica, Neivo Beraldin, Nelsinho Dal Santos, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nelson Tureck, Padre Paulo Campos, Pedro Ivo Ilkiw, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni e Waldir Leite (53). Achando-se ausente o Sr. Deputado Ângelo Vanhoni (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

**SESSÃO.**

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

**EXPEDIENTE:**

**Requerimentos:**

**REQUERIMENTO Nº 1387**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

soberano Plenário, a antecipação da Sessão Ordinária do dia 18 de agosto (quarta-feira) para às 10:00hs.

Sala das Sessões, em 17.08.2004.

(a) NATÁLIO STICA

Apoioamento:

Durval Amaral.

**REQUERIMENTO Nº 1399**

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual Tadeu Veneri, no uso de suas prerrogativas, REQUER à Mesa, na forma do inciso IV do artigo 18 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Paraná e da Constituição Estadual, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná, solicitando que determine ao Presidente da Fundação COPEL e ao Presidente da COPEL o envio de documento a seguir descrito para a Assembléia Legislativa do Paraná:

- Cópia do Relatório Pormenorizado da Auditoria realizada pela Kroll Associates na Fundação COPEL de Previdência e Assistência.

Sala das Sessões, em 17.08.2004.

(a) TADEU VENERI

**JUSTIFICATIVA:**

A Fundação COPEL de Previdência e Assistência contratou os serviços da Kroll Associates para a realizar auditoria na Fundação COPEL referente ao exercício de 2003, bem como nas operações financeiras efetivadas pela referida Fundação.

A auditoria teria identificado irregularidades nas operações realizadas. A Fundação COPEL é mantida também com recursos da Companhia Paranaense de Energia Elétrica, portanto, recursos do Estado do Paraná.

É papel dos parlamentares fiscalizar o correto uso dos recursos públicos do Paraná e esta é a razão pela qual já solicitamos duas vezes cópia integral do relatório da auditoria.

Ocorre que as informações prestadas foram genéricas e sem os elementos de auditoria. Em uma delas, a direção da COPEL se limitou a dizer que não era sua competência responder, mas da Fundação COPEL.

Ocorre que o pedido foi dirigido ao Governador para que respondesse por meio do órgão competente.

Requerer informações sobre a situação financeira do Estado é prerrogativa dos Parlamentares.

**REQUERIMENTO Nº 1381**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de profundo pesar, pelo falecimento do empresário Antonio Bordin, ocorrido dia 18 de julho/2004.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 17.08.2004.

(a) ANTONIO ANIBELLI

#### JUSTIFICATIVA:

Aos 91 anos de idade faleceu o nosso amigo, empresário, Antonio Bordin, que muito fez pela região Oeste paranaense. Foi um lutador que abraçou as causas da população de Foz do Iguaçu e região, colaborando sobremaneira para a solução dos problemas mais urgentes da população.

Antonio Bordin também esteve presente na criação do Município de Palotina, no projeto da estrada federal que atualmente é a BR-277; na construção das Pontes da Amizade e Tancredo Neves; na implantação do ensino médio na Cidade de Céu Azul; no surgimento do Mosteiro Cristo Rei das Irmãs Carmelitas, e na luta pela reabertura da Estrada do Colono.

Em 1973, assumiu a direção da Santa Casa Monsenhor Guilherme em Foz do Iguaçu, que enfrentava grandes dificuldades na área administrativa, com déficit financeiro, excessiva carga de atendimento e obras paradas. Com trabalho incessante, garra e muita luta conseguiu resgatar o hospital da crise em que se encontrava.

Teve participação importante na construção da ponte Brasil-Argentina.

Ajudou na criação da Associação Comercial e Industrial de Foz do Iguaçu (ACIFI) e os clubes Rotary e Lions. Por todos os feitos foi merecedor de títulos e comendas das Forças Armadas, de entidades civis, clubes de serviço e escolas.

Em 1984, recebeu o título de Cidadão Honorário do Município de Foz do Iguaçu e do Estado do Paraná.

Também recebeu o título de Cidadão Honorário do Município de Céu Azul. Foi Vereador mais votado da Cidade de Guaíra.

O idealizador paranaense que sempre demonstrou seu amor à nossa terra, por tudo de bom que ajudou a construir em favor dos menos favorecidos pela sorte foi também grande amigo e companheiro de lutas de meu pai Antonio Anibelli, em toda a região Oeste e Sudoeste paranaense.

O passamento do empresário Antonio Bordin veio abrir enorme lacuna no seio da família, pois deixou filhos e netos, bem como tristeza entre seus amigos e companheiros, dentre eles este Parlamentar.

Tombou mais um lutador. A morte, no seu perambular incessante não respeita nem fracos nem fortes. Por isso caiu o prezado e fiel amigo Antonio Bordin. Leva consigo entretanto a certeza de haver lutado com denodo e com altivez, o combate da honra e do dever.

Nunca se acovardou ante o perigo, nunca cedeu às injunções do medo, nunca tergiversou com o dever, nunca duvidou da justiça. Quando ainda no trabalho foi chefe magnânimo e compreensivo, exigia mais de si do que dos outros.

Permaneceremos, porém, fiéis à sua memória e os seus exemplos e suas lições hão de continuar a ser a nossa bússola na luta pelo bem-estar de nossa gente.

Sua coragem lealdade e prudência nunca desmediadas, são outras tantas qualidades que procuraremos cultivar como homenagem que lhe devemos.

Repousa, pois, valente lutador.

Aceite a saudade dos seus entes queridos e dos seus amigos, que com lágrimas nos olhos, afirmam que pode repousar tranqüilo, que tudo farão para que sua obra na sociedade permaneça para atestar aos vindouros as suas excelsas qualidades de homem de ação e de coração.

#### REQUERIMENTO Nº 1390

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento do Sr. João Paulo Gonçalves, ocorrido nesta Capital. Era uma pessoa muito querida pelos seus conhecidos, amigos e familiares, deixando muitas saudades em todos. Recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento.

Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 17.08.2004.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO Nº 1391

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Jurandir Rocha, ocorrido nesta Capital. Era uma pessoa muito querida pelos seus conhecidos, amigos e familiares, deixando muitas saudades em todos. Recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento.

Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 17.08.2004.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO Nº 1392

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento da Sra. Tereza Kinzerski, ocorrido nesta Capital. Era uma pessoa muito querida pelos seus conhecidos, amigos e familiares, deixando muitas saudades em todos. Recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento.

Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 17.08.2004.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO Nº 1402

Senhor Presidente:

O Parlamentar que no presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, vem mui respeitosamente, REQUERER votos de pesar à família do colonista Ênio Puccini, pelo seu falecimento ocorrido no dia 17 de agosto de 2004.

Esse colonista ocupou um lugar marcante em todos os setores sociais do Paraná, agindo muitas vezes como um mecenas, onde dava sua contribuição à nossa cultura, principalmente nas artes, onde muitos artistas tiveram suas primeiras oportunidades. Seu falecimento deixa o nosso jornalismo social de luto.

Face ao exposto, solicitamos ainda cientificar esses votos de pesar à família, na Rua Jordão Monteiro Ferreira, 33 apartamento 706, São Dimas, São José dos Campos (SP), CEP 12.245-089.

Sala das Sessões, em 17.08.2004.

(a) MARCOS ISFER

#### REQUERIMENTO Nº 1380

Senhor Presidente:

O Deputado que no presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação, na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, de voto de congratulações e aplausos ao Dr. Rodrigo Santos da Rocha Loures, pela passagem honrosa como chefe de Gabinete da Governadoria do Paraná.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência ao Dr. Rodrigo Santos da Rocha Loures, para tomar conhecimento do conteúdo deste, que ficará gravado nos Anais do Poder Legislativo para a posteridade, fulcrada sob o manto de Nossa Senhora Aparecida.

Sala das Sessões, em 17.08.2004.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

É indeclinável dever honrar aqueles que por seus méritos fazem jus à admiração de seus semelhantes. Quanto mais quando se trata de alguém que, por seus esforços, tudo tem feito pela sociedade paranaense.

Grande é o júbilo que sentimos ao ver um filho desta terra, após haver combativo o bom combate durante anos de porfiada luta na seara do poder público, volta ao seio dos seus, com a fronte nimbada pela auréola do trabalho familiar.

O Dr. Rodrigo Santos da Rocha Loures, depois de exercer a honrosa função de chefe de Gabinete do Governador Roberto Requião, exonerou-se a pedido, para voltar aos afazeres da indústria da família, a importante Nutrimental nas sendas da virtude, onde certamente

encontrará uma escultura de almas no sentido do trabalho com a imagem do homem integral, do cidadão presente à família e à sociedade, pois, ao Dr. Rodrigo não faltam esses predicados para abraçar o sacrifício. Para tanto são requeridas qualidades incomuns de coragem e abnegação, aliados a uma inteligência esclarecida e conhecimento profundo dos problemas da sociedade.

A Assembléia legislativa do Estado do Paraná, por intermédio deste Deputado congratula-se efusivamente com o Dr. Rodrigo Santos da Rocha Loures.

#### REQUERIMENTO Nº 1403

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente documento subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, vem mui respeitosamente, PROPOR votos de louvor ao arquiteto Ayrton Lolo Cornelsen, pelo brilhante trabalho desenvolvido na arquitetura moderna do Paraná, elevando a respeitabilidade do nosso Estado nos âmbitos nacional e internacional através das suas obras e projetos.

Iniciou sua carreira no final da década de 40, representou o Brasil em um encontro internacional de Arquitetura em Moscou e Leningrado, por indicação do presidente Jucelino Kubitschek de Oliveira.

A partir daí iniciou uma série de projetos de urbanização por cidades do interior brasileiro e na década de 70 desenvolveu projetos turísticos em Portugal.

Entre as obras realizadas, estão projetos de arquitetura e viabilidade econômica do Coritiba Football Club. Além disso, trabalhou nos projetos de diversos estádios no Estado, autódromos, kartódromos, campos de golfe, clubes, hotéis, fábricas e urbanizações turísticas e populares.

Sua obra tem sido foco de estudos e mereceu o registro muito bem detalhado e justo do historiador Paulo Cesar Zanoncini Lins, que no dia 14 de agosto lançou o livro "Caminhos da Arquitetura - Trajetória Profissional de Ayrton Lolo Cornelsen".

Ressaltamos que exemplos como o de Ayrton Lolo Cornelsen devem ser seguidos pelas gerações vindouras, comprometidas com a expansão das nossas artes e arquitetura.

Sala das Sessões, em 17.08.2004.

(a) MARCOS ISFER

#### REQUERIMENTO Nº 1389

Senhor Presidente:

O Deputado Tadeu Veneri, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER o envio de moção de apoio aos aposentados do Banco Banespa, nos termos a seguir:

"Os Deputados Estaduais do Paraná manifestam seu apoio à luta dos 12.500 aposentados e pensionistas do BANESPA que tiveram suas complementações congeladas pelo Banco desde 2001.

Exortam à direção do grupo espanhol Santander, acionista controlador do BANESPA, para que cumpra as determinações da Resolução 118/79 do Senado Federal

do Brasil e conceda os reajustes (referente aos últimos três anos) dos pensionistas e aposentados que ajudaram a construir a grandeza do Banco do Estado de São Paulo.

Lembram que ao adquirir o controle acionário do BANESPA em novembro de 2000, o Santander recebeu títulos do governo federal, que autorizou a emissão dos papéis no contexto da renegociação da dívida do Estado de São Paulo; eles seriam exclusivamente destinados a honrar o passivo trabalhista com os funcionários que ingressaram no Banco até 22.05.1975.

De acordo com documentos emitido à época pelo Ministério da Fazenda, os títulos emitidos pela União, que renderiam IGP-DI + 12% ao ano, tinham como base estudos atuariais que previam o reajuste anual das complementações dos aposentados e pensionistas do BANESPA.

Entretanto, o banco espanhol recebeu os títulos públicos, aumentou os seus lucros com a venda desses papéis no mercado e, ainda por cima, congelou a complementação dos aposentados e pensionistas que deveriam ser beneficiados pela Resolução 118/79 do Senado.

Empresa que tem responsabilidade social respeita os direitos de seus trabalhadores da ativa e aposentados!

Os Deputados Estaduais reiteram seu apoio à luta dos trabalhadores.”

Sala das Sessões, em 17.08.2004.

(a) TADEU VENERI

#### REQUERIMENTO Nº 1383

Senhor Presidente:

O Deputado que se subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Sr. Rogério Wallbach Tizzot, Diretor-Geral do DER - Departamento de Estradas de Rodagem, pedindo a estadualização da Estrada Municipal de Castro, do Trevo da PR-090 até a localidade de Socavão, pois a mesma é de grande movimento, devido à extração das maiores jazidas de minério do Paraná (calcário, talco etc), além de atender o agroturismo, bem como toda a produção agropecuária da região.

A precariedade da estrada justifica a estadualização via decreto, pois o DER-PR passa a assumir imediatamente, a manutenção e conservação da mesma.

Sala das Sessões, em 17.08.2004.

(a) ANDRÉ VARGAS

#### REQUERIMENTO Nº 1384

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Sr. Claudio Murilo Xavier, DD. Secretário de Estado da Saúde, solicitando estudos no sentido de viabilizar a doação de medicamentos para o Município de Perobal, conforme Emenda apresentada por este Parlamentar ao orçamento de 2004, no valor de R\$ 30.000,00.

Do aprovado, requer ainda seja comunicado o Prefeito Municipal de Perobal, Sr. José Evangelista de

Albuquerque (Perobal/PR - CEP 87538-000), e ao Presidente da Câmara Municipal, Vereador Angelim Pedro Sparcenski (Perobal/PR - CEP 87538-000).

Sala das Sessões, em 17.08.2004.

(a) NELSON GARCIA

#### REQUERIMENTO Nº 1385

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Sr. Claudio Murilo Xavier, DD. Secretário de Estado da Saúde, solicitando estudos no sentido de viabilizar a doação de medicamentos para o Município de Alto Piquiri, conforme Emenda apresentada por este Parlamentar ao orçamento de 2004, no valor de R\$ 30.000,00.

Do aprovado, requer ainda seja comunicado o Prefeito Municipal de Alto Piquiri, Sr. Valter Richter (Alto Piquiri/PR - CEP 87580-000), e à Presidente da Câmara Municipal, Vereadora Maria Inês Silva Gomes (Alto Piquiri/PR - CEP 87580-000).

Sala das Sessões, em 17.08.2004.

(a) NELSON GARCIA

#### REQUERIMENTO Nº 1386

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Sr. Claudio Murilo Xavier, DD. Secretário de Estado da Saúde, solicitando estudos no sentido de viabilizar a doação de medicamentos para o Município de Esperança Nova, conforme Emenda apresentada por este Parlamentar ao orçamento de 2004, no valor de R\$ 30.000,00.

Do aprovado, requer ainda seja comunicado o Prefeito Municipal de Esperança Nova, Sr. Valdir Hidalgo Martinez (Esperança Nova/PR - CEP 87545-000), e à Presidente da Câmara Municipal, Vereadora Celina Aparecida Belini Marques (Esperança Nova/PR - CEP 87545-000).

Sala das Sessões, em 17.08.2004.

(a) NELSON GARCIA

#### REQUERIMENTO Nº 1396

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente ao Sr. Leônicio Vieira de Rezende Neto, Diretor de Relações Institucionais da Brasil Telecom, no sentido de autorizar com a máxima urgência a instalação de telefone público na localidade de Xaxim, próximo à Praça de Pedágio do Relógio, no Município de Prudentópolis.

Tal solicitação conforme abaixo-assinado em anexo, prende-se ao fato de os moradores desta região não disponibilizarem deste serviço de comunicação,

informando ainda, que a linha mestra está a uma distância de aproximadamente 1.500 metros da Praça de Pedágio.

Requer ainda, que se dê ciência ao Sr. Antonio Woiciechowski, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Marechal Deodoro, 620 - CEP 84.400-000 - Prudentópolis / PR.

Sala das Sessões, em 17.08.2004.

(a) NELSON DAL SANTOS

#### REQUERIMENTO Nº 1393

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de determinar policiamento em uma residência abandonada sito à Rua Deputado João Leopoldo Jacomel, em frente ao nº 1167 - Bairro Jardim Cristina - Município de São José dos Pinhais. A mesma está servindo de esconderijo para ladrões, assaltantes e desocupados, proporcionando perigo para os moradores e comunidade em geral. Conforme informações dos requerentes, o caso já foi comunicado para a Prefeitura e Polícia, porém nada foi feito para resolver o problema.

Pede-se urgência no atendimento do presente.

Sala das Sessões, em 17.08.2004.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO Nº 1382

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a transcrição nos Anais da Assembléia Legislativa do Paraná, para que fique definitivamente gravado para a posteridade, o artigo publicado às fls. 9 do jornal O Estado do Paraná do dia 27 de junho de 2004: "Guararapes: a empresa nº 1 em exportação de compensados de pinus".

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência ao Sr. João Carlos Ribeiro Pedroso, Diretor-Presidente da Guararapes, bem como ao Dr. Paulo Cruz Pimentel, Diretor-Presidente do jornal O Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 17.08.2004.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

A Indústria de Compensados Guararapes, com sede no Município de Palmas e filiais em Cruz Machado e Santa Cecília, em Santa Catarina, conquistou o 1º lugar do Prêmio Mérito Exportação.

É para este Deputado, que se fez presente por ocasião das comemorações e da entrega do Prêmio de 1º lugar pelo Diretor-Presidente da Associação Paranaense de Reflorestamento, ao Sr. João Carlos Ribeiro Pedroso, Diretor-Presidente da empresa Guararapes, motivo de contentamento participar da magnífica festividade comemorativa em Palmas, que é dotado de empresas

como a Guararapes, que por certo, virão aumentar as condições de riqueza e de conforto ao povo naquela região, colaborando sobremaneira com a sociedade pal-mense.

A maior ou menor intensidade do parque industrial de um povo é o índice mais seguro de seu progresso. Só os povos civilizados possuem indústrias. Só os povos que possuem indústrias próprias podem se considerar economicamente independentes. Os povos que não possuem essa alavanca propulsora da riqueza, permanecerão eternos caudatários dos países industrializados.

Eis porque muitos somos de louvar a indústria Guararapes que se propôs a adotar Palmas como o Município que possui a indústria de destaque no setor madeireiro nacional.

Estão, pois, de parabéns, o Município de Palmas e toda a região. De parabéns estão todos aqueles que contribuíram para a realização da Guararapes.

Para nós, paranaenses, é imperioso que continuemos dando apoio e confiança para aperfeiçoar e aumentar a produção industrial.

Não há, pois, indústrias mais ou menos nobres. Todas se equivalem, porque uma não existiria sem a outra.

Em breve, pelo afluxo dos negócios da Guararapes, fatalmente o comércio sentirá como que um novo sangue a circular nas artérias, e o erário público, com a arrecadação que daí advier, ver-se-á em melhor situação para enfrentar os problemas da administração pública.

Que a Guararapes prospere, produzindo os almeja-dos frutos. São os votos da Assembléia Legislativa do Paraná, por intermédio deste Deputado, para galardão de seus Diretores, auxiliares, operários, e conseqüente felicidade de nossa gente.

### Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 308/2004

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Torna obrigatória às instituições bancárias a disponibilização de caixas eletrônicos apropriados ao uso de pessoas portadoras de deficiências físicas em todo o Estado do Paraná.

Art. 2º - Os caixas eletrônicos dessas instituições deverão sofrer adaptações para atender às necessidades dos usuários beneficiados pela presente lei.

Art. 3º - A inobservância da presente lei sujeitará à sanção de pena de multa no valor de 1000 (um mil)

Unidades Fiscais do Estado que no caso de reincidência será duplicado e assim sucessivamente.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor após 180 (cento e oitenta) dias da data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 17.08.2004.

(a) JOCELITO CANTO

#### JUSTIFICATIVA:

O desenvolvimento de políticas públicas de inclusão social é uma busca constante que devemos abraçar, vez que é uma conquista da nossa sociedade na procura de diminuir as diferenças entre todos.

Esta propositura visa adequar os caixas eletrônicos, que são disponibilizados pelas instituições bancárias, aos portadores de deficiências, pois muitos ainda não se adequaram, dificultando o acesso destes, quer seja na altura de máquinas, telas, quer seja na falta de leitura em braile, o que causa desconforto, prejuízos e discriminação ilegais.

A aprovação do presente projeto representa o respeito ao direito dos portadores de deficiências que lutam pela igualdade de oportunidades e condições, contribuindo no processo de inclusão social do nosso Estado, diminuindo as diferenças.

#### PROJETO DE LEI Nº 309/2004

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação dos Deficientes Físicos de Francisco Beltrão/PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17.08.2004.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

#### JUSTIFICATIVA:

A Associação dos Deficientes Físicos de Francisco Beltrão, é uma entidade sem fins lucrativos e trabalha como unidade de apoio a 45 sócios portadores de deficiência física do Município de Francisco Beltrão.

A Associação realiza reuniões de apoio, reivindicações, construção de políticas públicas e conscientização dos deficientes, buscando o cumprimento de seus direitos e deveres constituindo em bem-estar a todos os portadores de deficiência física.

Dessa forma, a Associação dos Deficientes Físicos de Francisco Beltrão - ADEFFB, organiza entidades com informatização cadastrando os portadores que ainda não são sócios, promove o fortalecimento da Associação com ingresso de novos sócios, ajuda os portadores que já estão excluídos do mercado de trabalho, auxiliando-os na reinserção e/ou promoção social e promove a sua conscientização enquanto cidadão.

A Associação se utilizará de todos os meios adequados e ao seu alcance, recebendo subvenções sociais, doações de órgãos públicos, bem como auxílio de particulares.

#### PROJETO DE LEI Nº 310/2004

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Vigariado Passionista Isidoro de Loor, com sede no Município de Guarapuava.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17.08.2004.

(a) FERNANDO RIBAS CARLI

#### JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação Vigariado Passionista Isidoro de Loor, por ser ela uma entidade sem fins lucrativos, e que tem por finalidade a proteção e assistência à família desamparada, velado pelo seu bem-estar social, procurando por todos os meios possíveis conduzir as pessoas carentes para um objetivo útil à sociedade.

Daí porque conto com a sensibilidade e apoio dos nobres colegas Parlamentares, para aprovação imediata desta lei, por ser uma questão humanitária e de ordem social.

#### PROJETO DE LEI Nº 311/2004

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública o STR - Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Renascença-PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17.08.2004.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

#### JUSTIFICATIVA:

O STR - Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Renascença-PR, fundado em 29 de setembro de 1989, com sede e foro na Cidade de Renascença, à Rua Wenceslau Bras, 226, Centro, de origem jurídica, direito privado, sem fins lucrativos. Tem por objetivo: defesa e representação da categoria profissional, os trabalhadores rurais assalariados.

Visa assegurar melhorias nas condições de vida e trabalho de seus representados, bem como a manutenção e a defesa das instituições democráticas brasileiras, conforme o seu estatuto anexo.

#### PROJETO DE LEI Nº 312/2004

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Cooperativa de Produção e Comercialização da Agricultura Familiar de Cascavel.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17.08.2004.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

**JUSTIFICATIVA:**

A COPCAF - Cooperativa de Produção e Comercialização da Agricultura Familiar, foi fundada em 08 de outubro de 2001, regida pelos princípios do cooperativismo e pelas disposições legais vigentes. É uma Cooperativa constituída e dirigida pelos agricultores e agricultoras da região Oeste do Paraná e visa estimular uma nova matriz produtiva, baseada nos princípios da agroecologia e tem por objetivo o estímulo, o desenvolvimento, a industrialização, a produção, inclusive de produtos orgânicos, com sede e foro jurídico na Cidade e Comarca de Cascavel, Estado do Paraná, à BR 277 - km 564, s/n, no Reassentamento Santa Bárbara, conforme o seu estatuto.

**PROJETO DE LEI Nº 313/2004**

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - Autoriza a Companhia Paranaense de Energia Elétrica - COPEL, a efetuar o recebimento de contribuições espontâneas, de quaisquer quantias, destinadas aos Conselhos Comunitários de Segurança.

Art. 2º - Somente poderão ser beneficiadas pela presente lei, as entidades legalmente constituídas, portadoras de registro junto ao Conselho Nacional de Pessoas Jurídicas, o CNPJ e cujos estatutos determinem que suas finalidades não busquem lucratividade e ainda a não remuneração, a qualquer título, de qualquer um de seus diretores.

§ 1º - Nos estatutos das entidades de que trata esta lei, deverá constar que suas atividades não visam lucros e ainda a não remuneração, a qualquer título, de qualquer um de seus diretores.

§ 2º - Somente poderão ser beneficiadas as entidades devidamente filiadas à Coordenadoria Geral de Conselhos Comunitários de Segurança, órgão da Secretaria de Estado da Segurança Pública.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17.08.2004.

(a) LUIZ ACCORSI

**JUSTIFICATIVA:**

Os Conselhos Comunitários de Segurança são entidades civis constituídas por pessoas interessadas no bem comum.

Funcionam como organismos auxiliares do aparelho governamental de segurança pública. No Paraná, os CCSegs já são em número de 142, dos quais 25 aqui em Curitiba e 11 na Região Metropolitana de Curitiba.

Suas atividades são merecedoras de aplausos por parte da população e reconhecidas como de importante valia na busca da melhoria das condições de vida da nossa gente. No entanto, elas deparam com os naturais problemas de ordem financeira para as suas manutenções e funcionamento a contento.

Daí a razão maior da busca do apoio de parte dos nobres colegas desta Casa, para aprovação do projeto de lei ora apresentado.

**PROJETO DE LEI Nº 314/2004**

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - Institui no Calendário Oficial de Eventos do Estado a Festa da Uva de Mariópolis, que se realiza anualmente na 2ª quinzena do mês de janeiro.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17.08.2004.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

**JUSTIFICATIVA:**

A Festa da Uva, que é realizada anualmente na 2ª quinzena do mês de janeiro em Mariópolis, consolida-se como um dos principais eventos do Sudoeste do Paraná.

A 12ª edição da Festa ocorrida em 2004, contou com a visita de aproximadamente 30.000 pessoas, gerando a comercialização de 45.000 quilos de uva e 35.000 litros de vinho.

Diante deste contexto, entendemos procedente a instituição da referida Feira no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná, para que as populações de outras regiões, possam conhecer melhor e usufruir desse formidável evento.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Deputado Fernando Ribas Carli.

**O SR. FERNANDO RIBAS CARLI**

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Volto à tribuna para que possamos fazer o acompanhamento do negócio realizado entre a COPEL e a Triunfo, mais precisamente do Consórcio ELEJOR, que constrói duas usinas hidrelétricas no Rio Jordão entre os Municípios de Cândói, Pinhão e também envolvendo o



Município de Guarapuava que tenho a honra, a alegria e a satisfação de representar nesta Casa.

Todos os senhores e as senhoras Deputadas têm acompanhado os trabalhos no sentido de esta Casa receber informações a respeito desse negócio que foi realizado.

Quero dizer que é um desrespeito para esta Casa. É um desrespeito a este Deputado como a todos os 54 Deputados desta Casa, quando uma empresa que é controlada pelo Governo do Estado do Paraná, pelo Executivo, responde a um pedido de informações com evasivas. Não fossem elas em tom de brincadeiras ou em tom de desprezo, Sr. Presidente, quando diz a COPEL, ao receber um ofício enviado por nós solicitando informações sobre o negócio da ELEJOR.

Ele relata o despacho da data tal, recebido pela COPEL, outra data 02 de julho.

E aí, Srs. Deputados, vejam como o Executivo trata as ações do Poder Legislativo que é o que fiscaliza as ações daquele Poder.

Ele diz o seguinte: “Acreditamos supérfluos e desnecessários novos esclarecimentos sobre o assunto, uma vez que o diretor em gestão corporativa da COPEL, Dr. Gilberto Serpa Griebler, compareceu à Assembléia Legislativa do Paraná em 12 de maio de 2004, e apresentou extenso relatório e respondeu a todas as perguntas que lhe foram formuladas.”

O que é isso, minha gente! Então vamos imaginar por que o Dr. Gilberto Griebler veio a esta Casa, convidado, falou o que quis e acha que esta Casa está satisfeita! Que o povo do Paraná acredita piamente que são verdadeiras as suas afirmações!

Se solicitamos novas informações, é porque restaram dúvidas! Existem dúvidas, que aumentam quando nós somos sabedores, pela imprensa, que o Executivo manda para esta Casa um projeto de lei autorizando a compra com a realização desse negócio.

Mas, se não fosse só isso, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, em outro pedido de informações que formulamos, a COPEL responde, e eu gostaria que a imprensa tomasse conhecimento, terei o prazer depois de passar a cópia desse documento extenso, onde ela relata exatamente aquilo que nós dissemos nesta tribuna, o negócio feito a “portas fechadas” em dezembro, com a compra da participação acionária da Triunfo por 42 milhões, quando ela havia gasto somente 21 milhões!

E o que é mais importante, quando solicitávamos informações a respeito do mútuo, do empréstimo que a COPEL faz à ELEJOR, de mais de cem milhões de reais!

E nós queríamos saber se a outra sócia, a outra participante do consórcio, que restou com seus 30%, que é a PAINEIRA, se também ela havia feito um mútuo para dar continuidade às obras.

**(Passa a fazer uso do Horário da Liderança do Partido)**

As respostas estão aqui muito claras.

Veja só, Deputado Neivo Beraldin, o que eles dizem no Ofício: a COPEL comprou o 30% da Triunfo. Pois bem! E aí, vejam só, ficaram sabendo que o BNDS - por uma resolução antiga - não pode emprestar dinheiro para empresas públicas. Nós já sabíamos disso há muito tempo, que existe uma restrição que não pode haver empréstimo para empresas públicas para investimentos em infra-estrutura, principalmente no setor energético. E aí, o que aconteceu?

As obras iam paralisar. Então, a “mãezona” COPEL simplesmente aporta mais de cem milhões de reais e isso está aqui! Esta informação veio depois que nós insistimos, dizendo que a COPEL está aportando e que a outra sócia, a PAINEIRA, continua com 30%; não aportou um centavo sequer. Vejam só, a PAINEIRA não fez um centavo de empréstimo como mútuo. Dessa maneira, quem não gostaria de ser sócio da COPEL em um empreendimento de mais de quatrocentos milhões de reais, Deputado Rossoni?

Quer dizer, a “mãezona” COPEL simplesmente coloca dinheiro, a obra será concluída e imagine o que vão valer os 30% que tem a PAINEIRA em um negócio em que a COPEL tem 70% e banca, porque na verdade quem está financiando a obra das duas Usinas do consórcio ELEJOR é a COPEL! Está aqui! O documento é muito claro quando diz que a COPEL está fazendo os aportes, porque a obra tem que ter seqüência e o BNDS não empresta para empreendimentos com a participação do setor público.

Pergunto: será que não sabiam antes que não podiam emprestar dinheiro do BNDS? Será que eles não sabiam que iam ter que colocar dinheiro da COPEL?

E aí assistimos o Governo dizendo que mandou um projeto para cá para que possa resolver questão...

Concedo um aparte ao Deputado Neivo Beraldin.

#### **O Sr. Neivo Beraldin**

Agradeço o aparte e acho interessante que exatamente a COPEL, o Governo, escolheu comprar a parte da TRIUNFO, e essa outra empresa PAINEIRA, de quem é?

#### **O SR. FERNANDO RIBAS CARLI**

Não tenho conhecimento do quadro societário dessa empresa.

#### **O Sr. Neivo Beraldin**

Essa é uma grande indagação, porque devemos recorrer à Junta Comercial do Paraná para sabermos exatamente os proprietários dessa empresa PAINEIRA e também para saber se há coincidência de investimentos entre as partes, ou seja, entre a COPEL, a TRIUNFO e a PAINEIRA.

Então, acho que temos que buscar, mesmo no balanço das empresas, e até podemos fazer uma audiência pública na Comissão de Fiscalização e Controle da Assembléia Legislativa para levantarmos essa questão e definitivamente resolvermos, porque vejo V. Exa. e out-

ros Deputados constantemente falando desse assunto e é sinal que estão se aprofundando.

Então, quero me solidarizar e dizer que estou disposto a colaborar, no sentido de fazermos uma auditoria contábil e fiscal, determinando ao Tribunal de Contas que o faça e nos dê um Parecer conclusivo em 30 dias, tendo em vista que esta Casa tem esse poder tanto técnico quanto contábil, enfim um diagnóstico completo dessa situação para que não se fique discutindo e discutindo, separadamente, e não se leva a um ponto final. Os técnicos estão lá, evidentemente, à disposição deste Poder.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Concedo a V. Exa. mais um minuto para concluir o seu pronunciamento.

**O SR. FERNANDO RIBAS CARLI**

Agradeço o aparte do ilustre Deputado Neivo Beraldin.

Sr. Presidente, pediria, que me concedesse tempo para um aparte ao Deputado Valdir Rossoni.

**O Sr. Valdir Rossoni**

Deputado Carli, o que me deixa estupefato com a situação dessa negociação é a falta de vontade de mostrar a transparência do negócio.

Acredito que o Deputado Neivo Beraldin deu uma bela contribuição a essa questão, porque na verdade o que temos conhecimento, e não é oficialmente, é de que o próprio Presidente da COPEL não concorda com esse negócio.

O pai desse negócio é o Sr. Gilberto, que esteve aqui, e eu lembro muito bem de que questionei o Gilberto sobre essa questão do negócio e ele fugiu como o “Capeta foge da cruz”, porque ele, na verdade, não queria se aprofundar na questão do negócio da ELEJOR.

A sugestão do Deputado veio em boa hora; vamos colocar um requerimento nesta Casa. Vamos requerer todos os documentos dessa negociação e pedir um parecer do Tribunal de Contas para que depois nós possamos, aí, sim, tomar uma atitude quanto a essa negociação.

Na verdade eu também recebi as explicações do Governo e me deu vontade de colocar no envelope e devolver, porque estou cansado de receber respostas do Governo que se diz transparente, que de transparente não tem nada é só de “traz parente”. Essa negociação está tão mal explicada, que o próprio Governo não quer conversar sobre essa negociação!

Então, eu me somo à proposta do Deputado Neivo, para que possamos pedir que o Tribunal de Contas faça um estudo sobre essa questão e nos dê um parecer. Aí sim, se o parecer do Tribunal de Contas for contrário a essa negociação, vamos para o caminho da CPI.

**O SR. FERNANDO RIBAS CARLI**

Muito obrigado, Deputado Valdir Rossoni!

Para concluir, Sr. Presidente, eu quero ler dois itens da resposta. Diz assim: “dentro desse novo contexto e diante dos compromissos contratuais assumidos pela ELEJOR, seja com a ANEEL, seja com o consórcio construtor Complexo Jordão, ou mesmo com a própria COPEL Distribuição, no caso do contrato de venda de energia, PPA, os sócios (prestem atenção) remanescentes na sociedade COPEL PAR e PAINEIRA Par celebram em 19 de dezembro de 2003”.

Vamos recordar que o negócio com a TRIUNFO foi no dia 16 de dezembro.

No dia 19 de dezembro a COPEL PAR, que representa a COPEL, que é da COPEL, e a PAINEIRA Par, que é da PAINEIRA, celebraram em 19 de dezembro de 2003 acordo de acionistas, no qual ficou estabelecido.

Vejam só, como eles já anteviam o problema, no caso de a ELEJOR não obter o financiamento de longo prazo junto ao BNDS. É claro que eles já sabiam que existe uma determinação legal que o BNDS não pode financiar, ele tem restrições para financiar empreendimento no setor público. Diz lá - no caso de a ELEJOR não obter o financiamento de longo prazo junto ao BNDES ou outro similar, caberá, sabem a quem? Caberá à COPEL PAR, ou seja, a COPEL conceder empréstimo de longo prazo para implantação do complexo ELEJOR.

Então, é um negócio da China.

Concluo o meu pronunciamento agradecendo o aparte dos Deputados Rossoni e Neivo Beraldin, dizendo que é de fundamental importância que a Comissão de Fiscalização desta Casa faça as solicitações, os requerimentos que sejam necessários para que possamos averiguar todo este negócio para o bem do Paraná e para que realmente o Governo, o atual Governo do Estado torne-se cada vez mais transparente.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Dobrandino da Silva)**

Com a palavra o grande Deputado Valdir Rossoni.

**O SR. VALDIR ROSSONI**

Sr. Presidente, Srs. Deputados, não sei por que comemorar ontem a medida provisória do Presidente a República.

Aleluia, aleluia, aleluia!

O Presidente do Banco Central não poderá mais ser processado a não ser pelo Supremo, porque num ato de transparência do PT, de quem não tem medo da verdade, nomeia pela primeira vez na história do Brasil, o Presidente do Banco Central como Ministro, um homem merecedor deste cargo de Ministro, um homem que não enviou para o exterior recursos, dólares, que não tem comprovação de onde veio este dinheiro! É o único homem que consegue comprar uma chácara perto do Rio de Janeiro por um centavo! Este homem merece ser nomeado ministro, mas poderia ser, talvez - se fosse para os católicos - nomeado ministro da Eucaristia, porque eu não acredito, não consigo

acreditar que o Governo Lula tenha esta coragem - para salvar o Presidente do Banco Central o nomeia Ministro!

Imaginem os senhores aonde estaria o PT nesta hora, se fosse o Presidente Fernando Henrique que tivesse cometido esta barbárie! Certamente estariam pedindo o impeachment do Presidente, a renúncia do Presidente, porque este ato do Presidente da República nada mais nada menos foi para salvar o Presidente do Banco Central das garras da Justiça!

E pasmem os senhores, eu vejo os meios de comunicação não verem isto. Eu não sei o que aconteceu com os meios de comunicação de dois meses para cá - de repente o Brasil tornou-se a maravilha do mundo! Quando falam em crescimento, nós que conhecemos o que é a realidade do Brasil e é uma pergunta que eu gostaria de fazer a todos os brasileiros, o que melhorou nas suas vidas?

No ano passado a indústria caiu 20% apenas hoje nós estamos empatando com o que ocorreu de ruim no ano passado, mas isso não me preocupa, eu quero que o Brasil cresça, que se desenvolva, eu quero que as estatísticas do emprego sejam verdadeiras.

Agora, o sorriso pálido do PT que eu vejo aqui da tribuna, eu gostaria de ver o PT justificar à população a nomeação do Presidente do Banco Central para Ministro!

Certamente nos próximos dias nós teremos um novo Ministério, o Ministério do Banco do Brasil, Presidente Hermas Brandão, porque vamos ter que salvar o Presidente do Banco do Brasil. Depois, nós poderíamos também criar um ministério do Waldomiro Diniz, para salvá-lo!

Ora minha gente, o que o PT tinha de mais puro e agora na CPI do Banestado está claro, saiu na TV Senado a conversa dos senadores do PT articulando para salvar os homens que eles mesmos quebraram o sigilo bancário a agora querem abafar a CPI do Banestado. Quando o mentor entrou com a quebra de sigilo ele nunca pensou que ia dar o tiro no próprio pé! E deu!

Mas agora eu acredito que com o Ministério do Banco Central, nos próximos dias nós teremos que ter o Ministério do Banco do Brasil, provavelmente, para não ir para a cadeia o Ministério do Waldomiro e provavelmente dentro de mais uns dias o Ministério deste que também, diga-se de passagem, não está deixando saudades do PC Farias. Então a situação é extremamente delicada!

A outra questão, Srs. Deputados e aí eu quero mais atenção porque aí é atribuição nossa. Eu só gostaria aqui de ler um artigo do Projeto 288 que foi enviado pelo Governo para esta Casa.

Vou fazer a leitura e depois os senhores interpretam. Eles querem para contratar funcionários provisórios, de emergência, vejam o que diz aqui: "Manter a normalização da prestação dos serviços públicos essenciais à comunidade quando da ausência coletiva dos servidores públicos, na paralisação ou suspensão das atividades por prazo superior a 10 dias". O que quer dizer isso? Se

amanhã os servidores da Educação, da Segurança, da Saúde entrarem em greve nós estaremos autorizando e hoje a CCJ já disse que este projeto é constitucional. Não sou um jurista mas certamente a nossa CCJ, com todo respeito, precisa de aulas para fazer um estudo da constitucionalidade de projetos.

No Paraná agora não vai mais ter poder de greve dos servidores. Por quê? Porque na hora que o servidor disser que vai entrar em greve, o que fará o Governo? Vai contratar professores, vai contratar servidores da Saúde, vai contratar servidores da Segurança e não vai ter mais greve!

Na verdade o Brasil parece que está com a síndrome do Fidel Castro, tudo bem que são muito amiguinhos, muito amiguinhos mas com esta última questão que estão querendo colocar as amarras na imprensa... se a imprensa não puder mais falar, se nós continuarmos aprovando projetos como este que estamos aprovando aqui autorizando ao bel prazer do Governador; não precisaremos mais existir, poderemos fechar esta Casa!

A Constituição é bem clara quando diz que quando acontecer uma calamidade pública ou um estado de emergência o Governador tem poderes de baixar um decreto de calamidade pública ou estado de emergência e aí ele poderá fazer as contratações temporárias que bem quiser. Nós aqui autorizando, aprovando este projeto, estaremos dando ao Governador do Estado poderes para contratar quem quiser na hora que quiser.

E, diga-se de passagem, quem lembra da história e que poderia aqui me responder? Lembro-me muito bem que o Governador Jaime Lerner uma vez criou 700 cargos de confiança e eu vi Deputados que hoje são Governo esbravejarem nesta Casa, dizendo que isto era um absurdo. O Deputado Stica diz que é um absurdo! E eu vi este Governo assumir o Governo e, Deputado Stica, não vi este Governo extinguir estes cargos, eu não vi! Se era um absurdo para aquele Governo teria que ser absurdo para este Governo! Se aquele Governo cometeu equívocos, este Governo veio para corrigir, porque o povo depositou a sua esperança neste Governo, mas na verdade continua pior!

Presidente Hermas Brandão, bateu a síndrome no Líder do Governo, não está me deixando falar, mas eu encerro aqui as minhas palavras, eu sei que é difícil para os ouvidos do PT mas amanhã ou depois vamos criar também o Ministério do Banco do Brasil para não deixar o Presidente do Banco do Brasil ir para a cadeia.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Dobrandino da Silva**)

Concedo a palavra ao Deputado Elton Carlos Welter.

O SR. ELTON CARLOS WELTER

Sr. Presidente, Srs. Deputados, povo do Paraná.

O Brasil, no mundo, dá sinais cada vez melhores, a notícia mais recente é que o Governo Federal com o G20 consegue interferir na OMC, por exemplo, no subsídio do açúcar. Ganho para as empresas nacionais a questão do açúcar. Um pouco antes tivemos o subsídio do algodão, vitória para o Brasil! O Governo anterior não conseguia fazer estas brilhantes negociações, o agro-negócio bate todos os recordes! O crédito para a agricultura familiar, em 2002 - isso é dado oficial, - foi disponibilizado 2,2 bilhões de reais. Sabem quanto está disponibilizado nesta safra agrícola 2004-2005? Sete bilhões de reais e se falar vai ter mais!

Os contratos do PRONAF, só aqui no Paraná, aumentaram em 30%; a indústria cresce em todos os setores, só não vê quem não quer! Impressionante a acertada político-econômica!

O crédito para as pequenas, médias e microempresas disponibilizadas pelo Banco do Brasil, Caixa Econômica e um pouco pelos Bancos privados. Em 2002 foi o último ano do Governo FHC, foi colocado à disposição, 13,2 bilhões de reais. Já em 2003, que foi um ano difícil para nós, reconhecemos, foi disponibilizado 19,4. E até maio deste ano foi disponibilizado já 17,8 bilhões de reais, 46% a mais do que o último ano do Governo do Líder do PSDB que falou aqui recentemente.

Volume de recursos disponibilizado para habitação em 2002, 3 bilhões 953 milhões e 850 mil, dados oficiais e em 2003 (já no Governo do Presidente Lula) já aumentou significativamente foi para 5 bilhões 375 milhões 459 mil. Em 2004 que é este exercício já estão disponíveis 8,8 bilhões de reais, mais do que o dobro do último Governo FHC.

Isso significa casa para o cidadão pobre. E inclusive inédito, aqui, no Estado tem programa para casa, para trabalhador rural. Muitas e muitas casas já foram entregues para muitos Municípios do Estado do Paraná, operação conjunta do Governo do Presidente Lula e o Governador Requião. O bolsa-escola e vale-gás que foi criado, o bolsa-família.

No valor geral em média antes era 25 reais por família e agora está em 73 reais. Só na minha cidade (Toledo) o Programa Luz Fraterna e o público alvo do bolsa-família, são 2200 famílias beneficiadas, Deputado Dobrandino. Isso para mim é motivo de orgulho, um Governo que olha para o pobre. E o Governo Federal poderia, se não tivesse incrementado o bolsa-família, ter usado esse dinheiro para aumentar o salário mínimo próximo de 300 reais. Outra informação maravilhosa que atende a classe menos favorecida do Brasil foi a decisão da isenção do PIS e da COFINS para o arroz e o feijão, quer dizer que a comida vai ficar mais barata.

E tem ações efetivas aqui, do Governo do Estado. Deputada Luciana, você é candidata a Prefeita, se você quiser implementar na sua cidade logo no 1º mês do seu mandato no ano que vem o mercado popular, você pode fazer basta colocar, uma secretária e um caixa e você vai fazer isso. Ações efetivas em parcerias com o Governo

Lula e com o Governo Requião. O CEASA do Estado está a disposição para isso, Deputado Dobrandino, Municípios que quiserem montar isso, a comida vai ficar muito mais barata com essa medida. Beneficia a indústria e o consumidor, lá no final, que é o custo da cesta básica.

Tudo isso, Sras. e Srs. Deputados, nos orgulha, e muito, de estar participando de um processo que estamos apenas com 17 meses de Governo, onde todos os sinais apontam para o crescimento do emprego formal, crescimento da indústria, recorde de arrecadação, porque diminui a evasão fiscal. Está havendo uma eficácia no sistema de arrecadação. Isso tudo vai ser revertido naturalmente em benefícios sociais e políticas públicas para o Estado e Municípios. Isso sim é claro que está visível. A preocupação do Deputado que me antecedeu é a seguinte: nós do PT...

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Consulto se o senhor usará o Horário da Liderança do seu Partido.

**O SR. ELTON CARLOS WELTER**

Vou usar o Horário da Liderança do meu Partido.

**O Sr. Natálio Stica**

Só queria, Deputado Elton Welter, dizer para V. Exa. que quando estava preocupado em responder ao Deputado Valdir Rossoni, ele disse a V. Exa. que não se preocupasse, que era só vendaval, que era só marola. O Deputado Valdir Rossoni fala e deixa o plenário, como se nada estivesse acontecendo! Coloca fogo e sai fora, como se nada acontecesse!

Por isto, estou reafirmando, não se preocupe, é o "grito dos desesperados".

**O SR. ELTON CARLOS WELTER**

Na seqüência, darei aparte ao Deputado Neivo Beraldin.

O aumento dos empregos neste ano, comparado com o ano de 2002, foi 74% maior. São dados oficiais. É o sinal que o Brasil está crescendo, estamos conseguindo diminuir o déficit do emprego, de um modo geral.

Agora, não dá para fazer aquilo que não foi feito durante tantos e tantos anos, de uma hora para outra. A preocupação do Rossoni deve ser essa.

Nós estamos disputando como Prefeitos em 145 Municípios no Estado do Paraná, cabeça de chapa. Estamos disputando em 70 Municípios onde somos Vice. Só nesses, são 215 cidades onde estamos na majoritária. Nas outras cidades, apenas 10 cidades que não têm Vereadores disputando. Estamos coligados com os Partidos aliados. O PMDB, que é um Partido aliado ao nosso - temos algumas diferenças - também tem muitos e muitos candidatos. Isso vai impor, do ponto de vista de quem dá sustentação a nível federal, uma grande derrota aos Partidos de Oposição ao Governo Lula, a nível federal, com toda certeza, aqui no Estado.

É a grande preocupação do Deputado Rossoni, porque a população está percebendo isso. As pesquisas recentes mostraram aprovação do governo federal em função das ações em saúde e educação, segundo as pesquisas apontadas recentemente. Nós estamos acertando na política econômica, nas políticas setoriais para o nosso agricultor, o Fundo de aval está sendo regulamentado aqui no Estado porque é uma forma de conceder crédito a quem não consegue por via moral, pelo PRONAF e Pronafinho. Saiu uma Resolução para criar pequenas agroindústrias no interior do Estado do Paraná, da SEMA, da SEAB e da Secretaria da Saúde, onde flexibiliza a possibilidade de um agricultor criar a agroindústria, transformar os produtos de origem animal ou vegetal e é o que vínhamos dizendo desde o início quando assumimos.

Uma Resolução dessas três Secretarias em conjunto, da SEAB, da SESA e da SEMA definiu o volume para industrializar produtos de origem animal e vegetal. Não é mais toda aquela legislação e exigências que tinham, como se fosse para a agroindústria, que tinha que se equiparar aos parâmetros de um grande frigorífico ou de um grande abatedouro.

Concedo aparte ao Deputado Beraldin.

#### O Sr. Neivo Beraldin

Deputado Elton, V. Exa. faz a defesa do seu Governo e eu acho mais que natural.

Agora, PIS e o COFINS sobrecarregaram a indústria brasileira. Quando sobrecarrega a indústria, evidentemente, diminui a possibilidade de contratação e de produção.

Há pouco V. Exa. fala do bom Programa da “Luz Fraterna”, só que nós, no ano passado e atrasado pagávamos 17% sobre a energia. Hoje, pagamos 27%. V. Exa. fala também sobre a água, sobre a tarifa social. É bacana, mas também subiu o custo da água e o que se gastou em publicidade e em propaganda, desonera ou diminui a possibilidade de o Executivo investir. Sabe onde? Exatamente, na cadeia produtiva, onde precisamos investir, que é industrializar a nossa produção, para produzir e consumir aqui.

Nós somos, o Paraná, o maior produtor de seda, algodão e de grãos, do Brasil, só que mandamos embora a nossa matéria-prima. Nós temos que gerar emprego e renda, exatamente, onde produzimos. Esse é o Brasil que nós queremos. Chega de fazer um benefício de um lado e, depois, um enorme volume de propaganda, com os custos do dinheiro do povo. Evidentemente, em última análise, quem arca sempre com a conta é a população mais carente e aquela que mais precisa do Governo.

#### O SR. ELTON CARLOS WELTER

Nós estamos muito orgulhosos das ações. Cometemos erros sim, admitimos, mas estamos acertando muito mais porque as políticas públicas implementadas estão incluindo mais gente, no Ensino Superior, a questão das

vagas para negros, a questão do PRONAF, que está em tramitação no Governo Federal que vai concluir os pobres em escolas privadas, com bolsa garantida para estudar, o microcrédito que se espalha pelo Brasil todo. Isso está dando um reflexo na microeconomia dos Municípios. Naturalmente, que vai desencadear o efeito cascata no poder de consumo das pessoas, no poder de compra e naturalmente na diminuição da miséria no país.

Esse que é o grande desafio do Governo do Presidente Lula, companheiro do meu Partido, aqui falo em nome da Liderança.

#### O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Pequeno Expediente o Deputado Durval Amaral.

Após a palavra do Deputado Durval Amaral, nós concederemos a palavra aos membros do Fórum em Defesa do Patrimônio Público do Paraná. Usarão da palavra o Presidente do CREA, Dr. Luiz Antonio Rossafa e o Dr. Eroni B. Diretor-Presidente da SENGE-PR.

#### O SR. DURVAL AMARAL

Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Governo nos fala a todo o momento de transparência, de moralização, que esse é um Governo transparente. Os pedidos de informações seriam respondidos, no prazo máximo de 5 dias, contrariando, inclusive, por Decreto, o que está escrito na Constituição do Estado do Paraná, que dá um prazo de 30 dias.

A propósito tenho uma Emenda Constitucional de autoria da Oposição, que procura regulamentar em 5 dias, as respostas. Efetivamente essa emenda não logrou êxito de prosperar ainda na nossa Casa Legislativa.

Agora fico totalmente indignado pela maneira irresponsável que alguns senhores que ocupam cargo do primeiro escalão do Poder Executivo tratam a Assembléia Legislativa.

Desrespeitam, o Deputado Durval Amaral ou os Deputados da Oposição, não o Poder Legislativo e desrespeitam a intenção maior do Governador, que era trazer a transparência administrativa ao Estado do Paraná.

Senhores Deputados é de causar espanto, nojo e indignação, a resposta que recebi assinada pelo Chefe da Casa Civil - Substituto, Rogério Elias Carbini. Nós perguntamos, no dia 15 de junho de 2004, em cima das denúncias que fizemos, na Assembléia Legislativa, os Deputados da Oposição, já repassada na tarde de hoje, pelo Deputado Fernando R. Carli, com relação ao caso ELEJOR. Pontuamos três questões que estão estipuladas do contrato entre a ELEJOR, a COPEL. Enfim, entre aqueles parceiros que assinaram aquele contrato de transferência do controle acionário da ELEJOR para a COPEL.

Perguntamos já, porque neste dia 15 de junho, “considerados que estão expirados os prazos previstos nas cláusulas 6.3.1 e 11.1 do contrato de compromisso de alienação das ações da ELEJOR, já foram obtidas as autorizações da ANEEL e do CAD, das quais trata a cláusula 2ª do instrumento contratual referido”.

É uma pergunta objetiva, que só cabia uma única resposta. Objetiva.

Segundo: “Considerando novamente os prazos referidos, a COPEL efetuou pagamento da última parcela do mútuo, no valor de 16 milhões e 48 mil e 12 centavos, prevista para ser paga em caso da não obtenção das autorizações da CEDE, ANEEL e Poder Legislativo nos prazos previstos”, até porque o projeto de lei que autoriza a alienação ou aquisição da ELEJOR por parte da COPEL, ainda não foi aprovada na Assembléia Legislativa.

Terceiro: “As parcelas do referido contrato de Mútuo, vencidas nos dias 07 e 17 de abril e 10 de maio de 2004, foram pagas a ELEJOR? Neste caso, solicitam a juntada da cópia dos respectivos documentos do departamento Financeiro que autorizaram ou ultimaram os pagamentos”.

Senhor Presidente, três perguntas objetivas. A Oposição está denunciando “marmelo”, falcatua, corrupção, neste contrato! A Assembléia não vota e se recusou a votar até o momento o projeto que autoriza a aquisição da ELEJOR por parte do Governo do Estado.

Fico totalmente indignado, porque a resposta que o Chefe da Casa Civil nos envia é o recibo em branco da imoralidade, do desrespeito, porque não dizer da corrupção, da “maracutaia”, sim, que houve neste contrato! Está aqui escrito: “acreditamos supérfluos e desnecessários novos esclarecimentos sobre o assunto, uma vez que o Diretor da Gestão Corporativa da COPEL, Dr. Gilberto Griebeler compareceu à Assembléia Legislativa do Paraná em 12 de maio e apresentou um extenso relatório e respondeu a todas as perguntas que foram formuladas”.

Desrespeito, sim à Assembléia Legislativa, porque no dia 12 de maio, quando aqui estive, não respondeu às nossas perguntas com objetividade! Esperamos vencer os prazos estipulados no contrato. Fizemos o pedido de informações, documentadamente. E o Governo nos diz que é “supérfluo e desnecessário”, porque sabe que este contrato não se sustenta nos basilares da moralidade, da transparência, da honestidade.

E como fica esta situação, Srs. Deputados? Dinheiro saiu da COPEL! Toda uma tramitação que nós aqui dizemos, vinte e um milhões foram investidos nesta usina! Quarenta e dois milhões foi o que o Governo pagou em menos de um ano, pela parceria daquilo que já seria dela, porque toda energia que lá seria produzida já pertenceria, já seria automaticamente comprada pelo Governo do Estado. Há informações de que este contrato de mútuo já inteiramente pago, que os recursos da COPEL inclusive foram esgotados e não mais há sequer dinheiro para continuar a obra. E aí? Como fica o prejuízo? Nós queremos saber.

Então, não admito, Sr. Presidente, estou rogando a V. Exa. pela primeira vez da tribuna da Assembléia Legislativa, a representação por parte do Chefe do Poder Legislativo, porque entendo como um desrespeito a mim e a todos os Parlamentares e mais um desrespeito à Casa,

porque a um pedido de informações não veio resposta, veio uma agressão, “supérfluas e desnecessárias” as informações que estamos pedindo.

Nós não estamos aqui brincando de ser Parlamentar. Estou entrando com requerimento, pedindo a representação junto ao Tribunal de Justiça por crime de responsabilidade desses cidadãos que desrespeitam o Poder Legislativo.

#### O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Como Presidente deste Poder, quero afirmar a V. Exa. e a todos os Parlamentares, que nós fazemos questão que a Assembléia seja informada de todos os atos.

Se for aprovado o requerimento, a empresa ou a Secretaria, o Governo do Estado ou o Governador têm que prestar as informações para esta Casa, e nós vamos cobrar. Nem que seja para chegarmos à Justiça, mas tenho certeza que serão feitas as informações antes de chegarmos na Justiça.

#### O SR. DURVAL AMARAL

Confio de maneira absoluta em V. Exa. como guardião do Poder Legislativo e como brilhante Deputado que é.

#### O Sr. Ademar Traiano

V. Exa., como bom tribuno que é, mais uma vez faz dessa tribuna o clamor da população paranaense vir à tona nesta Casa.

Acompanhei seu pronunciamento, quero somar-me a V. Exa., ser solidário, até porque fomos autores também desse requerimento, a Bancada de Oposição e lamentavelmente o Governo que tanto apregoa por aí a moralidade, a decência e a transparência está mais uma vez na contramão da história, iludindo os paranaenses, mostrando a outra face de um Governo que vive na verdade de uma forma nebulosa, tentando mostrar aos paranaenses inverdades, tentando mostrar algo que realmente não é, e faço esse aparte, Deputado, para cobrar uma postura clara daqueles que no passado, lembro-me perfeitamente do episódio da votação do projeto da COPEL, daqueles que tanto pregavam a moralidade, questionavam os Parlamentares de Oposição, hoje, nos levaram para os quatro cantos do Paraná com fotos, folhetos, nos jogando contra a opinião pública, enfim, fomos enxovalhados pelos Parlamentares naquela oportunidade e não vejo nenhum deles levantar a sua voz hoje neste momento em defesa do patrimônio dos paranaenses, quando a COPEL, até contrariado pelo sei próprio Presidente, faz uma negociata vergonhosa neste Estado, acobertada pelo Governador do Paraná. Não vejo ninguém se manifestar e é exatamente essa cobrança que eu gostaria de fazer aqui nesta tarde, para que aqueles que no passado nos cobravam insistentemente, nos enxovalharam em todo o Paraná.

Fomos capa de revista, fomos capa de jornais, de folhetos, os “traidores do Paraná”.

Ora! Acho que nós não traímos ninguém. Quem traiu foram aqueles que hoje se acovardam, se calam, não levantam a sua voz para também se somar a essa denúncia grave que V. Exa. traz à Casa. Já trouxe em outra oportunidade, porque já estão comprometendo o patrimônio do Paraná, contra até a vontade do Presidente da COPEL.

Muito obrigado!

### **O Sr. Barbosa Neto**

Deputado, também como signatário deste requerimento pedindo informações ao Governo do Estado, me solidarizo na tarde de hoje a V. Exa., porque não é o Deputado Durval Amaral neste momento que está sendo desrespeitado, nem aqueles que assinaram esse pedido de requerimento, mas todo um Poder Legislativo, independente, que está fazendo a sua função fiscalizadora. Aliás, o próprio Governo do Estado tem cobrado insistentemente as vezes que vem a esta Casa, utilizando aquela tribuna, um compromisso isento, correto e acima de tudo, exigindo de todos nós, Parlamentares.

Isso foi dito aqui no último discurso, independentemente de qual Bancada seja, da Situação, Oposição, Bloco Independente, que nós o ajudemos a governar este Estado dentro da transparência, da probidade, da austeridade que ele tanto apregoa, inclusive marcaram a história política do Governador. Agora, não posso aceitar tamanho desrespeito, desfaçatez a este Parlamento, como V. Exa. acaba de nos informar.

Aliás, não vou entrar aqui na tarde de hoje da compra das ações, para ter o controle acionário da parte da SANEPAR, mas o que eu posso dizer e tenho encontrado esse clamor popular em relação ao valor da tarifa que hoje é cobrada da maioria das população paranaense no nosso Estado, porque o Governador se elegeu com mais um estelionato eleitoral, dizendo claramente que iria acabar com o pedágio, que nem acabou e nem baixou, dizendo que iria dar leite de graça, e o leite não tem chegado às famílias carentes, dizendo que iria dar luz de graça, e essa luz de graça que beneficia uma pequena, uma ínfima parcela da nossa população, está causando o aumento para a maioria de todos nós, principalmente da classe média que não suporta mais pagar esse subsídio, para que as pessoas mais humildes tenham hoje um valor reduzido das suas tarifas.

Então, Deputado Durval Amaral, pelo respeito que o senhor merece, independentemente da questão de Oposição ou Situação, o senhor não poderia ser destrinado, desconsiderado. É um pedido de todos nós, para que nós soubéssemos aquilo que a população do Paraná precisa saber e que está envolto numa névoa, e quando sabemos que o ditado popular diz: “onde há fumaça, há fogo”. Se eles querem esconder alguma coisa, ou se tentam, num desiderato aí, dissuadir um Parlamentar como V.

Exa., pode ter certeza que há algo muito mais grave e mais podre por trás de tudo isso.

Muito obrigado, Deputado Durval.

### **O SR. DURVAL AMARAL**

Eu é que agradeço o aparte, nobre Deputado Barbosa Neto. E o desrespeito não pára apenas nesse pedido de informação! Temos pedidos de informações feitas não só por Deputados da Oposição, por Deputados da Situação também, que não são respondidos com clareza, não são respondidos como efetivamente são formulados os requerimentos.

Eu tenho um outro pedido de informação feito também ao Presidente da COPEL com relação à auditoria feita na Fundação COPEL, aliás, assunto também objeto de requerimento do nobre Deputado Tadeu Veneri, que até hoje o Governo não respondeu de forma satisfatória, simplesmente diz que nós devemos buscar a auditoria feita pela Kroll na própria empresa que fez a auditoria!

Isso é um desrespeito, todos nós sabemos que a auditoria foi contratada pelo Governo do Estado, que o próprio Dr. Paulo Pimentel, e aqui quero isentá-lo, disse numa reunião perante o Governador do Estado que o relatório foi roubado da sua mesa por um diretor da própria COPEL, ao que me consta, pelo menos foi assim que me informaram!

Então, precisamos tratar o Poder Legislativo com o respeito que merece. Não aceitaremos mais essas evasivas por parte de Secretários de Estado, que tentam efetivamente impedir que o Poder Legislativo exerça o seu papel de fiscalizar.

Entendo como mais grave a resposta como esta dada ao Poder Legislativo do que os Deputados aqui na Casa se negassem a aprovar o pedido de informação, porque a negativa de um pedido de informação é uma prerrogativa do Legislativo, dentro do processo democrático deve ser respeitado. Agora, um mero Secretário de Estado vir agredir a Assembléia Legislativa com uma resposta desrespeitosa a um Poder constituído, traz toda a evidência que neste caso concreto há muita coisa a ser escondida, se não houvesse a transparência, traria, com toda certeza, as informações, e nós não podemos aceitar isso em hipótese alguma.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela tolerância.

### **O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Conforme requerimento aprovado no dia 16 de agosto, nós teremos o Grande Expediente de hoje reservado ao Fórum de Defesa ao Patrimônio Público.

Como primeiro orador inscrito, o Sr. Dr. Eroni Bertolli, Presidente do Sindicato dos Engenheiros do Paraná.

Teremos trinta minutos que serão divididos entre três oradores.

### **O SR. ERONI BERTOLI**

Sr. Presidente desta Casa, Deputado Hermas Brandão, membros da Mesa Diretora, Sras. e Srs. Deputados.

Queremos agradecer a cessão deste espaço para que, em nome do Fórum de Defesa do Patrimônio Público do Paraná, cuja relação consta nesta segunda edição feita pelo Fórum, a partir da ocorrência do desastre acontecido na ponte São João.

Gostaríamos de colocar que, em relação à concessão da Malha Sul, responsabilidade da ALL por um período de 30 anos, dos quais sete já se foram, existem suas versões nos grandes meios de comunicação.

Uma versão é da concessionária ALL. Ela, usando da eficácia de seu poder de marketing e de compra de matérias pagas, retrata uma empresa moderna, dinâmica, que trata seus funcionários com excelência.

Queremos dizer que o Fórum em relação à América Latina Logística, não tem mais providências a tomar, porque desde 2002 algumas entidades desse Fórum têm feito denúncias no Ministério Público do Meio Ambiente em cima de duas vertentes: dilapidação do patrimônio público, tendo em vista que a concessão reza que, qualquer alteração nos imóveis recebidos só pode ser feita com autorização da Rede Ferroviária. Agora, cortar vagões para dar outra utilidade, tirando o transporte de grãos para transporte de containers, porque o frete é mais alto, foi feito!

E na denúncia feita ao Ministério Público, foram relacionados todos os vagões dilapidados e nenhuma providência foi tomada. Em alguns dos balanços da ALL consta como segundo item de faturamento a venda de sucata para as grandes siderúrgicas. Assim fica fácil entender o porquê de quilômetros e quilômetros de fila na safra. Imaginem se tivesse safra cheia.

Outro eixo da denúncia foi o grave risco de danos ao meio ambiente do trecho Curitiba-Paranaguá. A Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, após a denúncia no Ministério Público, esteve verificando e ratificou algumas delas, mas nada mais do que isto, porque suas providências, nós da sociedade civil pública organizada, achamos que deveriam ser tomadas.

Falar dos acidentes, não precisa. É só resgatar os clips eletrônicos de reportagens das emissoras de televisão para verificar o estado dos dormentes podres, da má conservação, dos trilhos desgastados.

No relatório que estamos deixando uma cópia nesta Casa, existem fotografias de cenas de abandono nos pátios de locomotivas canibalizadas, das quais foram retiradas peças para consertar outras, que falam por si só. Será que precisa que aconteçam maiores acidentes do que os que já aconteceram, para que a sociedade exija da ANTT providências? Porque a ela cabe fiscalizar a concessão do ponto de vista de uso do patrimônio público e também os itens que prevêm a concessão.

O desastre na Ponte São João fere o patrimônio histórico do Paraná. Nós temos aqui, o engenheiro Osmar, que com 25 anos, construiu o arco que dá susten-

tação à ponte e que não fazia parte do seu projeto original. Ele, engenheiro, com 25 anos, pendurado a setenta metros de altura, arriscava a sua vida para ver esse patrimônio, agora, atingindo a sociedade e a ele, como colocou, para colocar um adjetivo que a sociedade merece que seja checado, porque, segundo ele, na concessionária não existem ferroviários; o que existem são mercenários.

O que a ALL se ufana, além do trato e da qualidade de serviço dado a seus funcionários, é o seguinte fato: que ela tem receitas grandiosas. Se alguém tem alguma dúvida, basta ler a Revista Época, Seção Negócios, do dia 16 de agosto de 2004, onde um dos grupos acionários, donos da ALL, o Grupo GP, coloca que fez dos seus empreendimentos acertos e erros. Nos casos de sucesso a revista coloca a ALL dizendo o seguinte: "A antiga malha sul da rede ferroviária estava abandonada. Hoje, fatura um bilhão e é modelo internacional." Isso é uma mentira grosseira! Que modelo é esse que a cada dia faz com que aconteçam mais acidentes? Quem são os culpados pelos acidentes? Será que são os seus aparelhos de GPS colocados que, segundo ele, são capazes de travar os ônibus em caso de ocorrência de sinistro (que nunca aconteceu)? Ou será que sempre estoura no lado mais fraco: que a culpa é do maquinista?

Os senhores sabem quanto ganha um maquinista, empregado da ALL?

Seiscentos reais.

O que ele comanda?

Um patrimônio que equivale a um "boing".

Os senhores, em sã consciência, colocariam um patrimônio desse tamanho nas mãos de pessoas que recebem seiscentos reais por mês, dos quais é suprimida a chamada monocondução que vai ser falada a seguir, que impossibilita que possam ser verificados e antever prováveis acidentes?

Tudo isso nós dissemos, para dizer que o que interessa à América Latina Logística é faturar, faturar e faturar. A denúncia que queremos deixar nesta Casa e vamos deixar a fita do BAND Cidade, segunda edição do sábado retrasado, onde por quinze minutos o gerente de relações corporativas da ALL por duas vezes cita que a causa foi humana.

Também cita, desconsiderando a inteligência dos paranaenses, de que a carga que lá tombou não tem significado ambiental porque era farelo de soja, açúcar e milho! Parece-se que talvez ele não tenha frequentado nem o segundo grau, pois não conhece o processo de supressão do oxigênio no processo de fermentação de produtos dessa natureza ou, simplesmente, prefiro acreditar na segunda hipótese, que eles jamais serão chamados a vez da razão e cumprir com essas responsabilidades.

O que gostaríamos de colocar, para encerrar, que os três Senadores que representam este Estado já se colocaram à disposição desta luta e estão mobilizando a formação de uma CPI no Senado Federal para que a ANTT venha se explicar ante tudo isso.



Gostaríamos que os nobres Deputados e Deputadas que compõem esta Casa possam olhar os dois lados como manda o regime democrático e tirar delas as lições possíveis, para que possa ser tratado com o devido respeito ético e moralidade dessa concessão pública porque a próxima ameaça está retratada nessa reportagem. A ALL coloca que já está em tratamento com o Ministério dos Transportes para construir o segundo trecho, cujo projeto é antigo e algumas obras já realizadas, para, sem licitação provavelmente ela construir e operar e pagá-la como? Com o dinheiro que ele teve dessa primeira concessão.

E dados contábeis que temos em mãos, mostram que eles estão preparando uma grande armadilha para que o Governo Federal possa aportar muito mais dinheiro pelos serviços por ela realizados.

Neste sentido, encerrando gostaríamos que esta Casa de Leis, analisando os fatos por nós trazidos, pudessem realizar audiências públicas para que a sociedade civil e organizada possa se pronunciar e demonstrar se os fatos que denunciamos com farto material documental são realidade.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Teremos a palavra agora do Dr. Luiz Antonio Rossafa, Presidente do CREA-PR.

**O SR. LUIZ ANTONIO ROSSAFA**

Exmo. Presidente Deputado Hermas Brandão, é uma satisfação mais uma vez estar nesta Casa presidida por V. Exa.

Nós, no Conselho, temos sempre nos mantido vigilantes quanto aos grandes e macros interesses de nossa comunidade, em especial quando tratamos do serviço público, por essência e por excelência não pode apenas ser exemplo. Mas, haverá de dar exemplos para a organização de uma sociedade.

No que concerne a serviços públicos delegados por concessão, especialmente aqueles que implicam em riscos ou aqueles que na essência estão entrelaçados ao de estratégias do desenvolvimento, o cuidado haverá de ser redobrado.

Não poderemos, por uma análise simplícita entender que todo serviço público delegado acaba por via de regra sendo um mal necessário. Nós temos serviço de concessão pública, históricos no Brasil, na área de transportes e podemos os entender como serviços de excelência. O transporte rodoviário de passageiros se mostra um serviço delegado pela sociedade como serviço público e tem se mostrado de excelência.

O transporte aéreo, seja o transporte de cargas, seja o transporte de passageiros, tem merecido da sociedade e dos governantes cuidados que os consideram como serviços de referência e efetivamente também não tem nos incomodado. Mas, se os mesmos critérios adotados para o transporte ferroviário fossem levados ao controle do transporte aéreo nós já estaríamos cometendo a insani-

dade de poder prever nas estratégias de manutenção e de operação da empresa, o índice de acidentes por ano ou por mês.

Imaginemos nós então essa estratégia de prover índices de acidentes adotadas pela ALL se isso fosse levado para o transporte de cargas ou mesmo para o transporte de pessoas no serviço de transporte aéreo.

Portanto, é algo que nos incomoda e que nos preocupa.

Fazendo um histórico rápido do que aconteceu no ano de 2004, podemos ressaltar, por exemplo, que em 28 de março tivemos o descarrilamento e o tombamento de vagões no quilômetro 5 da ferrovia que liga Curitiba-Paranaguá. Trezentos e cinquenta toneladas de farelo de soja e milho foram parar no córrego Caninana, afluente do Rio Nhumdiaquara. No momento por acidentes que na minha opinião se configuram como desastre, porque ações de manutenções e ações de prevenção que a Engenharia tem competência e condições de corrigir, inviabilizariam tal desastre.

Em 27 de abril de 2004, descarrilamento de trem carregado de óleo e álcool em Apucarana.

Em 28 de abril de 2004, choque entre a composição em manobra e vagão parado, carregado de óleo combustível para navio, derramando quinze mil litros de óleo no pátio da empresa na Vila Pantanal, no Bairro Boqueirão em Curitiba.

No dia 30 de abril de 2004, acidentes com dezoito vagões e duas locomotivas, carregando quatrocentos e oitenta mil litros de óleo diesel e álcool, no quilômetro ferroviário 466, na Cidade de Ortigueira.

No dia 28 de maio de 2004 descarrilamento de onze vagões vazios, interditando a ferrovia Curitiba-Paranaguá.

Dia 17 de junho de 2004 abalroamento de ônibus, com vinte e cinco pessoas feridas no Bairro Hugo Lange, na Cidade de Curitiba.

E nos parece que o mês de julho marca, no cenário histórico do Paraná, um mês de grandes desastres. Já tivemos no mês de julho um desastre que, na verdade, tornou-se espetacular, porque foi o maior desastre com vazamento de petróleo em rio, da história da humanidade, quando tivemos o óleo vazando para o Rio Barigui e Iguaçu. E agora, dia 18 de julho de 2004, trinta e cinco vagões carregados com grãos caem com o rompimento da estrutura da Ponte São João, na Serra do Mar.

Este episódio, por si só, isoladamente, pode ser entendido como uma fatalidade desse modal de transporte. Mas imaginemos que esse modal já conseguiu intercalar transporte de cargas e de pessoas; muitas pessoas já utilizaram dessas linhas férreas para se locomoverem pela extinta ação de transporte da Rede Ferroviária Federal Paraná-Santa Catarina. Imaginemos se tivéssemos que nos submeter a uma viagem em uma linha com tantos riscos!

Mas o que começa a demonstrar que efetivamente alguma coisa de concreto precisa ser feito é que a própria

empresa tem evitado esclarecer à população sobre a fragilidade e sobre esses acidentes.

No dia 18 de julho, portanto, a Ponte São João. E no dia 20 de julho de 2004, quatro vagões carregados com álcool e outro com farelo de soja tombaram entre as Cidades de Bandeirantes e Cornélio Procopio, no Norte do Paraná. Esse acidente foi negado até o último instante, em que as ações de fiscalização do CREA-PR demonstravam publicamente o vazamento de combustível e o tombamento desses vagões. Portanto, nos parece que essa é uma questão de segurança e de imagem da história deste Estado.

E quando enfocamos a questão da Serra do Mar, esse modal intercala o transporte de pessoas, que é estratégico para o turismo da nossa Costa Leste, tão fragilizada na história do desenvolvimento deste Estado. E são muitos os turistas que param na Capital e têm como sonho do seu roteiro de viagem conhecer o nosso Litoral, através da Serra do Mar, porque essa viagem é histórica e, na verdade, o cenário da competência da engenharia brasileira. Muitas das soluções encontradas naquela ferrovia se deram graças à criatividade, graças à competência da nossa engenharia nacional de ontem e que continua sendo eficiente hoje.

Mas, parece-me que tudo isso não passa de uma ação que na essência traz conseqüências à economia do Estado e aos interesses dos empreendedores deste Estado, notadamente aqueles vocacionados para o agronegócio. E estamos verificando uma tendência de reversão dos quantitativos antes escoados pela ferrovia, principalmente aqueles commodities com menor valor agregado, que passam quase que necessariamente agora a serem triados para o transporte rodoviário, o que efetivamente acaba impondo um custo e uma competitividade menor para os nossos empresários e, acima de tudo, para os nossos trabalhadores do setor do agronegócio. E verifiquemos nós que se por acaso as estatísticas mostrem hoje que a rodovia transporta mais cargas do que ontem, também precisaremos equacionar que no passado o volume, o quantitativo de toneladas era efetivamente muito menor.

Se acompanharmos ao longo do tempo o que aconteceu na ocupação das fronteiras deste Estado, o que aconteceu na produtividade que, na verdade, somou índices recordes quando comparado a qualquer outra região do Brasil, o que temos de carga no Paraná vem aumentando sistematicamente a cada ano. E, além disso, ainda temos que dar conta das cargas oriundas do agronegócio e de outros negócios do desenvolvimento que são trilhados via Paranaguá.

Portanto, esse modal, por ter hoje na sua estrutura de eficiência, - na nossa opinião, - um contorno dramático de manutenção e de operação, acaba na verdade impulsionando o custo do frete rodoviário, e este passa a ser o balizador do custo do frete ferroviário.

Parece-me que condenar a empresa não seria o melhor caminho, mas estruturarmos uma discussão neste Estado que leve em consideração os nossos interesses, e a

partir daí exigir da agência criada para essa função que cumpra efetivamente com o seu papel e que nos garanta, no primeiro momento, uma situação de tranquilidade em relação ao transporte. O Paraná não pode esquecer que haverá de reivindicar uma estrutura ferroviária condizente com a demanda do momento para dar conta, através desse modal, das cargas que necessariamente precisarão chegar a Paranaguá, em condições de estarmos competindo no cenário mundial no momento em que supostamente os commodities não mais somaram à valorização do ano agrícola 2003/2004. No cenário da super oferta dos commodities, sabemos que os preços na verdade recuam, e recuam muito. E aí o nosso diferencial competitivo também estará integrando-se ao interesse também daqueles que fazem o transporte de toda essa riqueza.

Por parte do CREA Paraná, nós queremos sempre defender que o serviço público, mesmo quando delegado, haverá de ter um controle social. E quem haverá de no primeiro momento fazer esse controle social, na nossa opinião, são aquelas instituições dotadas da característica de poder fiscalizar as ações de interesse público. Nesse caso me parece legítimo que a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná também se engaje ao esforço dos nossos Senadores paranaenses que já estão se mobilizando na busca de garantir que tenhamos um modal ferroviário tão competente, tão eficiente e tão viável economicamente quanto todos nós merecemos.

Muito obrigado!

#### O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

A seguir, o Sr. José Carlos Rodrigues, Presidente do Sindicato dos Maquinistas e Ferroviários do Paraná e Santa Catarina.

#### O SR. JOSÉ CARLOS RODRIGUES

Sras. e Srs. Deputados, demais Membros que fazem parte do fórum em defesa do patrimônio público.

O problema da privatização no Estado do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, começou já no primeiro dia de privatização, onde foram demitidos dois mil e setecentos funcionários, técnicos que faziam a manutenção, que cuidavam do patrimônio e eram da Rede Ferroviária Federal, - continua sendo ainda, - mas agora quem administra é a concessionária.

Entre esses funcionários que foram demitidos, foi o pessoal da via permanente que fazia a manutenção preventiva da ferrovia para que os acidentes não ocorressem; foi o pessoal da segurança que cuidava do patrimônio que hoje está abandonado e depredado; foram os maquinistas. Hoje os trens estão operando com apenas um maquinista. Antigamente era dupla condução - hoje é apenas um maquinista que tripula o trem - eram manobreadores que faziam a manobra. Hoje está faltando esses funcionários, e inclusive, estão sendo terceirizados essas funções, com pessoas sem treinamento para desempenhar a função e que vem ocasionando problemas de acidente com mutilação e morte de funcionários.

Um exemplo desse tipo de acidentes que ocorreu foi em Paranaguá, onde um mecânico de uma empresa terceirizada, da empresa SR, que ganhava um salário de 300 reais estava fazendo o serviço de manobrista em Paranaguá e por não ter treinamento para desempenhar a função, teve as duas pernas amputadas e acabou morrendo no hospital e o maquinista, que também fazia manobra, não era maquinista, era um soldador que tinha um salário de 400 reais, também não tinha treinamento para desempenhar a função de maquinista que estava neste acidente.

O problema grave que está ocorrendo é que o maquinista tem que abandonar a cabine da locomotiva em Paranaguá para operar o aparelho de mudança de via e também acabou ocorrendo um acidente grave, lá, onde o trem andou sozinho e acabou batendo num carro numa passagem de nível, em Paranaguá.

O Sindicato dos Maquinistas, junto com o Sindicato dos Engenheiros fizeram várias denúncias no Ministério Público Federal, Estadual, Delegacia Regional do Trabalho, e já prevíamos que todos esses acidentes poderiam correr pela falta de manutenção, que quando não tem a ronda que faz a vistoria da linha, pelo menos uma vez por dia, esses acidentes podem ocorrer porque o trilho, com o frio, quebra, e com o calor, dilata. Então, o trem vem, encontra este defeito e os acidentes acabam ocorrendo.

Um outro problema também que está ocorrendo lá, a tração distribuída, onde eles colocam duas locomotivas na frente com uma quantidade de vagão e mais locomotiva no meio do trem e mais vagões atrás. Esse maquinista que vai no meio é chamado de “Kamikaze”. A qualquer momento podemos ter um acidente gravíssimo com a perda de vidas humanas.

O excesso de lotação que estão colocando nas locomotivas - este último acidente tombou 35 vagões na Ponte São João; esse trem estava com 45 vagões - ele estava com 3310 toneladas. Antigamente o trem descia com 1800 toneladas, três locomotivas. E por que esse trem circula com este excesso de lotação? Porque fica uma locomotiva em Piraquara e esse trem pára em Piraquara, com excesso de vagões, que não consegue subir, na Roça Nova, a última subida até chegar na serra e essa locomotiva de Piraquara engata atrás e vai empurrando até o túnel e daí o maquinista, sozinho, sem visão nenhuma, porque só vê as pedras ao descer, desce com este trem e usa quase que 90% da potência do freio para descer. Se der um desliz de roda, tiver molhado o trilho, o maquinista já dispara, e esse acidente com excesso de velocidade, que disparou, é isto que tem ocorrido. Excesso de lotação e o freio no limite que os maquinistas têm que usar para descer. Mas se o maquinista fizer alguma denúncia lá, fatalmente está demitido. Esse é um problema. Agora, depois desse acidente aí, a empresa estrategicamente reduziu a lotação, os trens voltaram à circulação normal, mas se a sociedade organizada não tomar nenhuma atitude, normalmente vai voltar o

excesso de lotação, porque a empresa não faz a manutenção nas locomotivas; simplesmente vai abandonando as locomotivas para tirar peça e usar nas poucas locomotivas que estão sendo usadas e socorre com os vagões.

Antigamente tinha pessoas que faziam treinamento de maquinistas, de mecânicos, de soldadores, os técnicos que trabalham na ferrovia, e esta escola, que dava este treinamento, fechou. Então, esta empresa depende muito dos aposentados. A pessoa se aposenta e como não tem condição de formar maquinista, eletricista, soldador, técnico, faz um contrato com os aposentados e eles continuam lá trabalhando. O nosso País hoje com um alto índice de desemprego e isso aí está ocorrendo na concessionária ALL. Também já foram denunciados ao Ministério Público todas estas questões. Em São Paulo, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, em Minas, Brasília já não funciona mais a mono-condução. O próprio STF já proibiu a mono-condução nessas ferrovias e aqui nós esperamos que o Ministério Público tome alguma providência para que estes acidentes não ocorram. Um maquinista só não teve condição de evitar um acidente grave, às vezes pode estar derramando combustível do outro lado e ele não tem visão. Pode estar uma locomotiva não funcionando, vai faltar o freio dela e ele não tem visão. O segundo maquinista tem esta função, inclusive estar atento ao gesto do maquinista para que se ele se sentir mal ele possa conduzir o trem até um lugar seguro e prestar socorro ao primeiro maquinista.

Boa-tarde e obrigado.

#### O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Dando continuidade à Sessão, no horário das Lideranças concedo a palavra ao Deputado Neivo Beraldin do PDT.

#### O SR. NEIVO BERALDIN

Sr. Presidente, Srs. Deputados, saúdo aos que estiveram aqui falando sobre a nossa rede ferroviária. Foi importante, oportuno e informativo a todos nós e esperamos que o Ministério Público se manifeste o mais rapidamente possível.

Neste breve espaço de tempo também estender nossos cumprimentos à Justiça Eleitoral, pela informação que dá ao eleitor da função do Legislativo e do Executivo nesta campanha eleitoral.

Nós todos sabemos, pois vivemos ao longo desses anos a exercer a função parlamentar de Vereador de Curitiba e cinco vezes Deputado Estadual, a dificuldade que temos da compreensão do Poder Legislativo. Eu vivi isso intensamente no Governo passado quando queria informações de onde foram os 111 bilhões de ações vendidas da COPEL, onde ingressou este dinheiro e como saiu, e até hoje não sei! Queria saber como foi desviado o dinheiro do FUNDEF e até hoje não sei! Agora, aparentemente anunciado pelo Governador que tem disposição em fornecer dados ao Legislativo, mas frequentemente se

nota que as coisas ainda não estão bem como deveriam estar. Respeito ao Poder Legislativo significa respeito à população!

Nós queremos festejar, neste momento na tribuna, a mudança que temos com os novos Deputados aqui nesta Casa sobretudo quando vemos que os Deputados estão hoje muito melhor assessorados do que estavam em mandatos anteriores. Quase todos os Parlamentares possuem uma equipe multi-disciplinar-técnica e que dá amparo à boa ação legislativa.

Nós precisamos compreender, de uma vez por todas, enquanto o Poder Legislativo não estiver super aparelhado tecnicamente não poderá exercer a sua função na plenitude tendo em vista que o Legislativo é o primeiro dos três poderes. Não tivesse a importância que tem o Poder Legislativo não teria essa função tão ampla e tão importante. Precisamos aprimorar, cada vez mais a consciência de cada Parlamentar eleito que é preciso buscar uma assessoria pessoal técnica, é preciso aparelhar cada vez mais esta Casa no sentido de desenvolver bem as suas funções.

E esta Casa, a Assembléia Legislativa do Paraná tem mostrado nesta legislatura uma boa atuação parlamentar, haja visto as CPI's que esta Casa apresentou, a documentação farta ao Ministério Público Estadual e Federal. Precisamos, sim, agora, começar a discutir mais a questão do Ministério Público, precisamos cobrar as ações, precisamos saber o que o Ministério Público está fazendo, aqui e acolá.

Precisamos usar melhor o Tribunal de Contas do Estado, porque lá tem os técnicos que estão à nossa disposição, sendo órgão auxiliar do Poder Legislativo. Enfim, estamos avançando no processo legislativo e esperamos que o Governo - como diz o Governador Requião - "não cobre". E estou pronto para dar as informações.

Agora, não podemos aceitar qualquer Parlamentar, da Situação ou Oposição - que venha reclamar o não atendimento por informações solicitadas. Isso não é um desrespeito ao Parlamentar, isso é um desrespeito ao Poder Legislativo, isso é um desrespeito à população, porque quando vota, ela procura escolher o melhor.

Queremos e gostaríamos de ter um legislativo mais eficaz, mais fiscalizador, melhor aparelhado. Mas infelizmente é o que temos. E temos é que desenvolver cada vez mais, com amor, dedicação, e na certeza de que esse amor e dedicação faça a diferença.

Mas temos que, para encerrar, dizer: temos muito o que comemorar, aqui na Assembléia Legislativa; avançamos muito, o Legislativo já mudou bastante, mas ainda precisamos avançar muito mais.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Concedo a palavra ao Líder do Governo, Deputado Stica.

**O SR. NATÁLIO STICA**

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Faço uso do Horário da Liderança do Governo, para rapidamente, mais uma vez tranquilizar os Deputados da Oposição nesta Casa, até por ser um ano de eleições municipais, e tenho dito que neste ano as eleições têm um caráter de importância maior, porque vamos consolidar as mudanças que iniciamos em 2002 elegendo o Lula Presidente, e aqui no Paraná elegendo o Requião Governador. E os Municípios, com certeza, vão ser a sustentação desta mudança iniciada em 2002. Talvez, ou com certeza, este é o desespero que paira sobre o Bloco de Oposição.

O atual Governo do Estado tem como base esclarecer aos Deputados todas as dúvidas que possam pairar. Foi proposto pelo Governador que todos os requerimentos que lá chegassem teriam a sua resposta em cinco dias, a não ser aqueles que o número de perguntas cabem demandando um tempo maior e aí, de qualquer maneira, seria explicado.

Na questão da ELEJOR e da COPEL, levantada hoje aqui com muita veemência pelos meus companheiros, Deputados que fazem parte do Bloco de Oposição: tivemos aqui, o Dr. Gilberto por cerca de duas horas, respondendo todas as perguntas, todos os questionamentos. Imaginei que já teria sanado todas as dúvidas. Mas vi que não teve, por parte de alguns Deputados, o entendimento, e eu quero, Deputado Durval Amaral, com todo o respeito que lhe devo, dizer que V. Exa. pode, como Líder da Oposição, fazer um novo requerimento, convocando Gilberto Griebeler que eu garanto que ele aqui voltará para tirar todas as dúvidas que possam permanecer nesse caso, já que é do interesse também dos Deputados da Bancada de Sustentação do Governo.

Aliás, fico feliz, até por ver tanta preocupação dos meus companheiros da Oposição, no caso da COPEL; parece que estão redimindo o erro que cometeram no passado, quando votaram pela venda dessa empresa e agora estão com excesso de zelo, o que me deixa bastante feliz.

Somamos todos, Oposição e Situação, no interesse da nossa COPEL.

**O Sr. Durval Amaral**

Me permite um aparte?

**O SR. NATÁLIO STICA**

Na seqüência, com prazer, ouvirei a V. Exa..

Quero responder à preocupação do Deputado Barbosa Neto antes que deixe o plenário. V. Exa. concorre a uma vaga lá em Londrina e sei que a semana é curta, mas parabênz por V. Exa. ter estado aqui em todas as Sessões.

Quero tirar a sua preocupação. V. Exa. cita programas deste Governo e disse que são programas que não acontecem e cita o Programa do Leite, a tarifa social da água, a Luz Fraterna. Tenho números que gostaria de repassar para que V. Exa. possa ficar mais tranquilo.

Programa do Leite: até julho de 2004, 101 crianças foram atendidas. A meta é de 160 mil até o final do ano. Portanto, passamos hoje da meta do mês de julho, que deveria ser 80 mil. Um total distribuído de 2 milhões, 622 mil litros de leite. Não é tudo o que precisa, mas com certeza, é bastante e já é uma quantidade de leite com vitaminas para crianças de famílias de baixa renda, que não tinham.

Sr. Presidente, solicito mais um minuto para a conclusão.

**(Assentimento)**

#### O SR. BARBOSA NETO **(Pela Ordem)**

Sr. Presidente, eu fui citado, dizendo da minha questão de pontualidade e assiduidade nesta Casa; mesmo sendo candidato a Prefeito em Londrina, tenho estado em todas as Sessões desde o início desta legislatura.

#### O SR. NATÁLIO STICA

Foi isso o que eu falei, Deputado! Não falei o contrário, só lhe fiz elogios.

Deputado Barbosa Neto, na questão da tarifa social, 200.950 famílias atendidas. A meta até o final é 359.918. Portanto, já superada a meta até este momento.

A Luz Fraterna, 286 mil famílias atendidas pela COPEL. Temos outras empresas, além da COPEL, que têm parceria e recebem dinheiro do Governo do Estado, como por exemplo, a Força e Luz, de Guarapuava do Ribas Carli, a FORCEL de Coronel Vivida, Jacarezinho, da terra do Presidente Hermas, lá na Barra do Jacaré, Companhia Santa Cruz, todas em parceria com o Governo, para que possam as famílias de baixa renda receber a Luz Fraterna, da região do Presidente; isto não é um privilégio. É uma necessidade e é uma proposta do nosso Governo.

Gostaria de dizer que está sim, o Governo Requião, cumprindo o seu papel, fazendo o Programa Social e como ele mesmo tem dito: “governador que não governa, para os pobres, não merece governar”.

Por isso, tenho orgulho em dizer que sou líder desse Governo e sou de uma Bancada que apóia o Governo, que é a Bancada majoritária, porque sabe do trabalho sério, ético e transparente que o Governo vem fazendo.

Sr. Presidente, concedo aparte, se V. Exa. me permite, ao Líder Durval Amaral.

#### O Sr. Durval Amaral

Agradeço a deferência de V. Exa., Deputado Natálio, até fico feliz em saber que o Sr. Gilberto tem disposição de voltar à Assembleia Legislativa. Antes, porém, ele tem que responder objetivamente o que nós perguntamos de uma maneira objetiva nesse pedido de informação.

A vinda do Dr. Gilberto aqui deu-se no dia 12 de maio; o nosso pedido de informação deu-se no dia 15 de

junho. Por quê? O contrato que nós temos e já tínhamos antes de fazermos as denúncias, e depois oficialmente, ele estipula prazos.

Queremos saber se o Governo e o Dr. Gilberto, à revelia de autorização legislativa, pagou, o que não deveria ter pago sem as autorizações, que efetivamente deveria ter saído da ANEEL, da CADE e da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná. Ela desrespeitou, não a mim, a Assembleia Legislativa, quando considerou supérfluas e desnecessárias, efetivamente, referindo-se ao nosso pedido de informação.

Nada do que nós perguntamos ele respondeu aqui na Assembleia Legislativa. Depois que nós obtivemos o pedido de informação, vamos chegar à conclusão se vale à pena convocá-lo novamente ou não, porque se for para ele vir aqui mentir, não resolve a nossa situação.

Tenho certeza que V. Exa. também conta já extra-oficialmente, que o Governo tem um prazo fatal, que é o dia 29 de agosto, para aprovar na Assembleia Legislativa essa autorização de aquisição da ELEJOR e fazer os demais pagamentos.

Conta-me, extra-oficialmente, que o Governo não tem mais recursos para aportar na construção das usinas do Consórcio ELEJOR. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, tendo em vista que a COPEL lá é a sócia majoritária, não vai investir na construção dessas usinas. São extremamente graves essas denúncias.

Mas, nós vamos primeiro buscar essas informações e no tempo certo, vamos entender essa operação muito bem feita por esse cidadão.

#### O SR. NATÁLIO STICA

Por conhecê-lo, tenho certeza que V. Exa. não está usando de má fé, mas tenho certeza que um dos seus liderados me mostrou, eu tenho cópia, que na resposta das dez perguntas, também num outro pedido de informação, onde tem a mesma pergunta, já tem a resposta que V. Exa. se refere. Daí sim, de uma maneira mais correta. Embora possa não ser uma boa resposta, mas está lá.

Não sei se V. Exa. tem conhecimento, mas já tem com o Deputado Ribas Carli.

Mas, nada como a resposta “olho no olho” e o Gilberto Griebeler...

#### O Sr. André Vargas

V. Exa. naturalmente entende que esse é um dos temas mais candentes e polêmicos que haveremos de enfrentar.

Logo no começo, quando nos perguntavam se essa Sessão Legislativa, até a eleição seria esvaziada, com pouco debate, citei nos jornais, que a questão da ELEJOR seria a questão mais candente, importante, polêmica e complexa.

Entendo que os documentos, todas as respostas que aqui foram feitas pelo Dr. Gilberto Griebeler tenham sido encaminhados via documento, até porque estamos dando autorização ao Governo para fazer um negócio, um

entendimento, um acordo, que tem questionamentos levantados.

Então, entendi que essa seria uma questão importante, mas a questão que levanto neste momento, companheiro Natálio é essa mesma, se esse negócio já está feito, se já foram feitos pagamentos, se já há uma operação em andamento. Inclusive, há um projeto do Deputado Nereu Moura tramitando nesta Casa, tratando desse mesmo assunto, que não sei se recebeu o Parecer da CCJ, mas, se o Governo encaminha em tempo posterior, ou seja, após a efetuação da compra, se esta lei, este projeto que será votado, teremos tempo de debater, mas o Presidente nos permite, neste momento, se isto tem validade.

Exatamente porque está me parecendo que foi feito um negócio, uma operação da COPEL, o Sr. Gilberto Griebeler, que tem um apelido conhecido, pelo qual o Governador o trata, um apelido bastante conhecido, que não sei se é carinhoso, porque as pessoas se conhecem e se tratam como acham que devem, mas se esta lei tem valor, já que nós estamos aprovando após a execução, a efetuação do negócio.

Esta seria uma questão do meu aparte.

#### O SR. NATÁLIO STICA

E V. Exa. como base de apoio, deve concordar que o Gilberto Griebeler vindo aqui, deve dar todos os esclarecimentos.

#### O Sr. André Vargas

Sou base de apoio, caro Líder, mas continuo Deputado e apresentei todos os questionamentos.

Já o fiz, no início do ano legislativo, em público, porque entendo que uma operação desta ordem, como todos os Deputados devem entender, devemos debater todas as questões à exaustão, até porque há questões como a dos transgênicos, que entendo deveríamos ter debatido mais, estávamos desintonizados, inclusive de uma posição nacional, e entendo que não debatemos adequadamente.

Então, estar na base do Governo não significa, absolutamente, que nós não apresentaremos não só as inquirições ao Gilberto Griebeler. Acho, inclusive, que não é só ele que tem que estar aqui, o Presidente da COPEL também, porque entendemos que há muito mais coisa nesta questão da ELEJOR.

#### O SR. NATÁLIO STICA

V. Exa. entendeu que se eles aqui estiverem poderão esclarecer, com toda certeza, de uma maneira muito mais clara e muito mais transparente.

#### O Sr. Rafael Greca de Macedo

Senhor Líder, sou totalmente favorável ao controle acionário do Governo da Central Hidrelétrica do Rio Jordão. Acho que a questão do domínio do Estado de setores estratégicos, como o setor energético e de produção

de energia, é uma questão de inteligência e de projeto de país.

Aliás, quero lamentar que tenha caído hoje no Supremo Tribunal Federal a Ação Direta de Inconstitucionalidade que o Governo do Paraná impetrou contra o leilão das manchas azuis de petróleo da Nação brasileira.

Vejo com pesar que os 50 anos de morte do Presidente Getúlio Vargas sejam comemorados desta forma, no Brasil, com a entrega das reservas de petróleo num momento em que a Nação brasileira poderia ser auto-suficiente e se comprova o sonho de auto-suficiência de petróleo da Nação brasileira, o Governo Federal abdica desta possibilidade para fazer um leilão e um leilão entreguista.

Sou contrário a este leilão! Sou contrário à sentença do Ministro Jobim. Eu acho que o sonho que os venezuelanos acabam de confirmar nas urnas, de uma pátria para os latinos-americanos, para os brasileiros, que é o sonho de Bolívar, que é o sonho de Getúlio Vargas, que é o sonho de Leonel Brizola, que é o sonho dos patriotas, que é também o sonho de Roberto Requião e é o de V. Exa. também, isto não é partidário! Isto é patriótico! Este sonho de um projeto de país, este sonho se esvai no momento em que o Governo pensa apenas em fazer caixa e não pensa em fazer um projeto de país para as próximas gerações.

No processo da COPEL se fortalecer com a propriedade da hidrelétrica do Rio Jordão, ganha o Paraná.

#### O SR. NATÁLIO STICA

Somo-me a V. Exa. no seu sentimento de perda da Nação brasileira que acontece no dia de hoje.

#### O Sr. Nereu Moura

Deputado, V. Exa. está aqui colocando a posição do Governo de que trará a esta Casa o Dr. Gilberto, Diretor da COPEL, como já quis ter.

É uma providência correta, porque neste Governo tudo se esclarece, as respostas vêm e os pedidos de informações são aprovados nesta Casa, de forma mais tranqüila e serena.

Fico aqui pensando, acompanhando, neste meu momento de convalescência, a imprensa do Paraná e observando algumas indagações que se fazem, revendo a história, rememorando atos aqui nesta Casa. Durante oito anos do Governo Jaime Lerner, nós não conseguimos aprovar um pedido de informações nesta Casa, sequer um pedido de informações. Tudo era tratado como se fosse um segredo de Estado, e neste Governo a transparência é total, absoluta.

Dói-me na alma, eu que conheço o Governador, quando escuto e ouço alguém levantar suspeita na questão da ética e honestidade do Governador Requião.

Podem criticá-lo, podem anotar atitudes que podem discordar do Governador, mas jamais vou aceitar, passível e inconformado, qualquer crítica que se dirija à questão da sua honestidade.

Por isso, Deputado Natálio Stica, na semana que vem quero me inscrever no Grande Expediente desta Casa, para fazer uma abordagem, não só sobre esse ato, mas sobre diversos fatos, que tenho convicção absoluta de poder retratar e fazer aqui nesta Casa, na defesa da honestidade deste Governo que não tem nada a esconder, que não se esconde atrás de quatro paredes, suspeitas que se fazem injustas.

Por isso, parablenizo V. Exa. acho que o Poder tem todo poder de saber as coisas. Tem agora como tinha há quatro anos atrás, há oito anos atrás, como infelizmente era vedado a esta Casa, proibindo, mas nós tínhamos o direito de saber lá, como neste momento, como neste momento todos têm o direito de saber também. E o Governador Requião tem todo interesse, tenho certeza disso, conheço o Governador. Que todo o povo do Paraná conheça as coisas que acontecem neste Estado.

Por isso, parablenizo V. Exa., que é o nosso Líder, pelas atitudes que vem tomando para que não parem dúvidas com relação à postura do Governador Requião, não só em relação à COPEL, mas em relação a todos os atos administrativos que ele tem executado à frente do Governo do Paraná.

#### O SR. NATÁLIO STICA

Obrigado, Deputado Nereu Moura. V. Exa. ajuda a mostrar que este Governo quer a transparência.

Obrigado Sr. Presidente.

Estendo o convite aos Deputados que aqui permanecerem, para que às 17h00 aqui estejam, onde vamos comemorar os 60 anos da Federação das Indústrias do Estado do Paraná, aqui do lado, no Salão nobre, com a exposição de fotografias da indústria do Estado do Paraná. O convite já foi a todos os gabinetes e só quero então reforçar, Sr. Presidente.

#### O SR. JOCELITO CANTO (Pela Ordem)

Sr. Presidente, como não tenho parlamentado nos últimos dias, fiquei bastante curioso com o pronunciamento do Deputado André Vargas, um quase rebelde da ala governista, aliás, faz tempo, eu não sei se o Deputado André Vargas está no plenário, ou viajou também para Londrina, que estamos em campanha, mas fiquei curioso só para saber o apelido que ele falou.

Como eu gosto de apelidos e acho que eles pegam em função do que acontece, eu gostaria que o Deputado André Vargas na Sessão de amanhã, ou depois, nos revelasse aqui qual é o apelido do cidadão que ele falou, porque todo mundo ficou curioso aqui, louco para saber qual é, e eu espero que amanhã, dentro da transparência do Partido dos Trabalhadores, dentro da liberdade que ele tem como Parlamentar, que ele possa só dizer o apelido, para nós começarmos a chamá-lo também. Às vezes é preferível chamar pelo apelido, que é mais fácil para não esquecer...

Embora possa não ser uma boa resposta, mas está lá.

Não sei se V. Exa. tem conhecimento, mas já tem com o Deputado Ribas Carli.

Mas, nada como a resposta "olho no olho" e o Gilberto Griebeler...

#### O Sr. André Vargas

V. Exa. naturalmente entende que esse é um dos temas mais candentes e polêmicos que haveremos de enfrentar.

Logo no começo, quando nos perguntavam se essa Sessão Legislativa, até a eleição seria esvaziada, com pouco debate, citei nos jornais, que a questão da ELEJOR seria a questão mais candente, importante, polêmica e complexa.

Entendo que os documentos, todas as respostas que aqui foram feitas pelo Dr. Gilberto Griebeler tenham sido encaminhados via documento, até porque estamos dando autorização ao Governo para fazer um negócio, um entendimento, um acordo, que tem questionamentos levantados.

Então, entendi que essa seria uma questão importante, mas a questão que levanto neste momento, companheiro Natálio é essa mesma, se esse negócio já está feito, se já foram feitos pagamentos, se já há uma operação em andamento. Inclusive, há um projeto do Deputado Nereu Moura tramitando nesta Casa, tratando desse mesmo assunto, que não sei se recebeu o Parecer da CCJ, mas, se o Governo encaminha em tempo posterior, ou seja, após a efetuação da compra, se esta lei, este projeto que será votado, teremos tempo de debater, mas o Presidente nos permite, neste momento, se isto tem validade.

Exatamente porque está me parecendo que foi feito um negócio, uma operação da COPEL, o Sr. Gilberto Griebeler, que tem um apelido conhecido, pelo qual o Governador o trata, um apelido bastante conhecido, que não sei se é carinhoso, porque as pessoas se conhecem e se tratam como acham que devem, mas se esta lei tem valor, já que nós estamos aprovando após a execução, a efetuação do negócio.

Esta seria uma questão do meu aparte.

#### O SR. NATÁLIO STICA

E V. Exa. como base de apoio, deve concordar que o Gilberto Griebeler vindo aqui, deve dar todos os esclarecimentos.

#### O Sr. André Vargas

Sou base de apoio, caro Líder, mas continuo Deputado e apresentei todos os questionamentos.

Já o fiz, no início do ano legislativo, em público, porque entendo que uma operação desta ordem, como todos os Deputados devem entender, devemos debater todas as questões à exaustão, até porque há questões como a dos transgênicos, que entendo deveríamos ter debatido mais, estávamos desintonizados, inclusive de uma posição nacional, e entendo que não debatemos adequadamente.

Então, estar na base do Governo não significa, absolutamente, que nós não apresentaremos não só as inquirições ao Gilberto Griebeler. Acho, inclusive, que não é só ele que tem que estar aqui, o Presidente da COPEL também, porque entendemos que há muito mais coisa nesta questão da ELEJOR.

O SR. NATÁLIO STICA

V. Exa. entendeu que se eles aqui estiverem poderão esclarecer, com toda certeza, de uma maneira muito mais clara e muito mais transparente.

**O Sr. Rafael Greca de Macedo**

Senhor Líder, sou totalmente favorável ao controle acionário do Governo da Central Hidrelétrica do Rio Jordão. Acho que a questão do domínio do Estado de setores estratégicos, como o setor energético e de produção de energia, é uma questão de inteligência e de projeto de país.

Aliás, quero lamentar que tenha caído hoje no Supremo Tribunal Federal a Ação Direta de Inconstitucionalidade que o Governo do Paraná impetrou contra o leilão das manchas azuis de petróleo da Nação brasileira.

Vejo com pesar que os 50 anos de morte do Presidente Getúlio Vargas sejam comemorados desta forma, no Brasil, com a entrega das reservas de petróleo num momento em que a Nação brasileira poderia ser auto-suficiente e se comprova o sonho de auto-suficiência de petróleo da Nação brasileira, o Governo Federal abdica desta possibilidade para fazer um leilão e um leilão entreguista.

Sou contrário a este leilão! Sou contrário à sentença do Ministro Jobim. Eu acho que o sonho que os venezuelanos acabam de confirmar nas urnas, de uma pátria para os latinos-americanos, para os brasileiros, que é o sonho de Bolívar, que é o sonho de Getúlio Vargas, que é o sonho de Leonel Brizola, que é o sonho dos patriotas, que é também o sonho de Roberto Requião e é o de V. Exa. também, isto não é partidário! Isto é patriótico! Este sonho de um projeto de país, este sonho se esvai no momento em que o Governo pensa apenas em fazer caixa e não pensa em fazer um projeto de país para as próximas gerações.

No processo da COPEL se fortalecer com a propriedade da hidrelétrica do Rio Jordão, ganha o Paraná.

O SR. NATÁLIO STICA

Somo-me a V. Exa. no seu sentimento de perda da Nação brasileira que acontece no dia de hoje.

**O Sr. Nereu Moura**

Deputado, V. Exa. está aqui colocando a posição do Governo de que trará a esta Casa o Dr. Gilberto, Diretor da COPEL, como já quis ter.

É uma providência correta, porque neste Governo tudo se esclarece, as respostas vêm e os pedidos de infor-

mações são aprovados nesta Casa, de forma mais tranqüila e serena.

Fico aqui pensando, acompanhando, neste meu momento de convalescência, a imprensa do Paraná e observando algumas indagações que se fazem, revendo a história, rememorando atos aqui nesta Casa. Durante oito anos do Governo Jaime Lerner, nós não conseguimos aprovar um pedido de informações nesta Casa, sequer um pedido de informações. Tudo era tratado como se fosse um segredo de Estado, e neste Governo a transparência é total, absoluta.

Dói-me na alma, eu que conheço o Governador, quando escuto e ouço alguém levantar suspeita na questão da ética e honestidade do Governador Requião.

Podem criticá-lo, podem anotar atitudes que podem discordar do Governador, mas jamais vou aceitar, passível e inconformado, qualquer crítica que se dirija à questão da sua honestidade.

Por isso, Deputado Natálio Stica, na semana que vem quero me inscrever no Grande Expediente desta Casa, para fazer uma abordagem, não só sobre esse ato, mas sobre diversos fatos, que tenho convicção absoluta de poder retratar e fazer aqui nesta Casa, na defesa da honestidade deste Governo que não tem nada a esconder, que não se esconde atrás de quatro paredes, suspeitas que se fazem injustas.

Por isso, parabenizo V. Exa. acho que o Poder tem todo poder de saber as coisas. Tem agora como tinha há quatro anos atrás, há oito anos atrás, como infelizmente era vedado a esta Casa, proibindo, mas nós tínhamos o direito de saber lá, como neste momento, como neste momento todos têm o direito de saber também. E o Governador Requião tem todo interesse, tenho certeza disso, conheço o Governador. Que todo o povo do Paraná conheça as coisas que acontecem neste Estado.

Por isso, parabenizo V. Exa., que é o nosso Líder, pelas atitudes que vem tomando para que não parem dúvidas com relação à postura do Governador Requião, não só em relação à COPEL, mas em relação a todos os atos administrativos que ele tem executado à frente do Governo do Paraná.

O SR. NATÁLIO STICA

Obrigado, Deputado Nereu Moura. V. Exa. ajuda a mostrar que este Governo quer a transparência.

Obrigado Sr. Presidente.

Estendo o convite aos Deputados que aqui permanecerem, para que às 17h00 aqui estejam, onde vamos comemorar os 60 anos da Federação das Indústrias do Estado do Paraná, aqui do lado, no Salão nobre, com a exposição de fotografias da indústria do Estado do Paraná. O convite já foi a todos os gabinetes e só quero então reforçar, Sr. Presidente.

O SR. JOCELITO CANTO (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, como não tenho parlamentado nos últimos dias, fiquei bastante curioso com o pronuncia-



mento do Deputado André Vargas, um quase rebelde da ala governista, aliás, faz tempo, eu não sei se o Deputado André Vargas está no plenário, ou viajou também para Londrina, que estamos em campanha, mas fiquei curioso só para saber o apelido que ele falou.

Como eu gosto de apelidos e acho que eles pegam em função do que acontece, eu gostaria que o Deputado André Vargas na Sessão de amanhã, ou depois, nos revelasse aqui qual é o apelido do cidadão que ele falou, porque todo mundo ficou curioso aqui, louco para saber qual é, e eu espero que amanhã, dentro da transparência do Partido dos Trabalhadores, dentro da liberdade que ele tem como Parlamentar, que ele possa só dizer o apelido, para nós começarmos a chamá-lo também. Às vezes é preferível chamar pelo apelido, que é mais fácil para não esquecer...

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

### **ORDEM DO DIA,**

com a presença de 53 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Requerimento nº 1387, de autoria do Deputado Natálio Stica, com apoioamento do Deputado Durval Amaral, constante do expediente, solicitando a antecipação da Sessão Ordinária do dia 18 (quarta-feira) para as dez horas. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 03 (três), de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, constantes do expediente. Necessitam de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Fernando Ribas Carli, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Luiz Accorsi, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Augustinho Zucchi, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

### **ITEM 01**

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 010/2004, de autoria do Deputado Jocelito Canto, que proíbe a fabricação e o comércio de armas de brinquedo no Estado do Paraná. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E SP. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO

EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO.  
**Aprovado.**

### **ITEM 02**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 186/2004, de autoria do Deputado Felipe Lucas, que declara de Utilidade Pública o Movimento Nacional em Defesa das Crianças Desaparecidas, com sede e foro na Cidade de Curitiba. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

### **ITEM 03**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 194/2004, de autoria do Deputado Nelsinho Dal Santos, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos de Excepcionais de Guamiranga, com sede no Município de Guamiranga e foro no Município de Imbituva. **Aprovado, artigo por artigo.**

### **ITEM 04**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 241/2004, de autoria do Deputado Nereu Moura, que declara de Utilidade Pública a Associação Comunitária de Moradores do Bairro Cascatinha, com sede e foro no Município de Palmas. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

### **ITEM 05**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 243/2004, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, que declara de Utilidade Pública a Associação “Grupo Viva Vida” Terceira Idade de Jacarezinho, com sede e foro na Cidade de Jacarezinho. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

### **ITEM 06**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 107/2004, de autoria do Deputado Augustinho Zucchi, que declara de Utilidade Pública a Fundação Cultural Celinauta, com sede e foro no Município de Pato Branco. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 024/2004, de 06/04/2004).**

### **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 107/2004**

#### **P A R E C E R :**

O presente projeto de lei em tela de autoria do Deputado Augustinho Zucchi, declara de Utilidade Pública a Fundação Cultural Celinauta, com sede e foro no Município de Pato Branco.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, somos de parecer favorável, na forma da emenda substitutiva geral anexa, para melhor adequá-lo às normas legislativas.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 10.08.2004.  
(aa) HERMES FONSECA - Presidente  
DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO  
PROJETO DE LEI Nº 107/2004

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Fundação Cultural Celinauta, com sede e foro no Município de Pato Branco.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 10.08.2004.  
(aa) HERMES FONSECA - Presidente  
DUÍLIO GENARI - Relator

**ITEM 07**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 223/2004, de autoria do Deputado Padre Paulo Campos, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Pequenos Produtores Rurais - APROL, com sede e foro no Município de Santa Isabel do Ivaí. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 050/2004, de 02/06/2004).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 223/2004

**P A R E C E R :**

O presente projeto de lei em tela de autoria do Deputado Padre Paulo Campos, declara de Utilidade Pública a Associação dos Pequenos Produtores Rurais - APROL, com sede e foro no Município de Santa Isabel do Ivaí.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 10.08.2004.  
(aa) HERMES FONSECA - Presidente  
DUÍLIO GENARI - Relator

**ITEM 08**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 244/2004, de autoria do Deputado Reni Pereira, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Servidores Públicos Municipais - ASPM de Pinhalão, com sede na Cidade de Pinhalão e foro na Cidade de Tomazina. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 057/2004, de 21/06/2004).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 244/2004

**P A R E C E R :**

O presente projeto de lei em tela de autoria do Deputado Reni Pereira, declara de Utilidade Pública a Associação dos Servidores Públicos Municipais - ASPM de Pinhalão, com sede na Cidade de Pinhalão e foro na Cidade de Tomazina.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, somos de parecer favorável, na forma da emenda substitutiva geral anexa, para melhor adequá-lo às normas legislativas.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 10.08.2004.  
(aa) HERMES FONSECA - Presidente  
DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO  
PROJETO DE LEI Nº 244/2004

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação dos Servidores Públicos Municipais - ASPM de Pinhalão, com sede na Cidade de Pinhalão e foro na Cidade de Tomazina.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 10.08.2004.  
(aa) HERMES FONSECA - Presidente  
DUÍLIO GENARI - Relator

**ITEM 09**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 247/2004, de autoria do Deputado Nelsinho Dal Santos, que declara de Utilidade Pública a Associação Beneficente Ebenzer, com sede e foro no Município de Almirante Tamandaré. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 057/2004, de 21/06/2004).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 247/2004

**P A R E C E R :**

O presente projeto de lei em tela de autoria do Deputado Nelsinho Dal Santos, declara de Utilidade Pública a Associação Beneficente Ebenzer, com sede e foro no Município de Almirante Tamandaré.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 10.08.2004.  
(aa) HERMES FONSECA - Presidente  
DUÍLIO GENARI - Relator

**ITEM 10**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 249/2004, de autoria do Deputado Nelson Justus, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Funcionários da Balaroti - AFB, com sede e foro nesta Capital. **COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 058/2004, de 22/06/2004).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 249/2004

**P A R E C E R :**

O presente projeto de lei em tela de autoria do Deputado Nelson Justus, declara de Utilidade Pública a Associação dos Funcionários da Balaroti - AFB, com sede e foro nesta Capital.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 10.08.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente  
DUÍLIO GENARI - Relator

**ITEM 11**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 253/2004, de autoria do Deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Moradores do Jardim Pio XII, com sede e foro no Município e Comarca de Campo Mourão. **COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 059/2004, de 23/06/2004).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 253/2004

**P A R E C E R :**

O presente projeto de lei em tela de autoria do Deputado Nelson Tureck, declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores do Jardim Pio XII, com sede e foro no Município de Campo Mourão.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 10.08.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente  
DUÍLIO GENARI - Relator

**ITEM 12**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 255/2004, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que declara de Utilidade Pública o Centro Municipal Fernando Amaro, com sede e foro no Município de Paranaguá. **COM PARECER**

**FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 061/2004, de 28/06/2004).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 255/2004

**P A R E C E R :**

O presente projeto de lei em tela de autoria do Deputado Hermas Brandão, declara de Utilidade Pública o Centro Municipal Fernando Amaro, com sede e foro no Município de Paranaguá.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 10.08.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente  
DUÍLIO GENARI - Relator

**O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)**

Sobre a Mesa, Requerimentos nºs 1380 e 1381, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1382, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, constante do expediente. **Aprovado. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).**

Requerimento nº 1383, de autoria do Deputado André Vargas, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1384 a 1386, de autoria do Deputado Nelson Garcia, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1389 e 1399, de autoria do Deputado Tadeu Veneri, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1390 a 1393, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1396, de autoria do Deputado Nelsinho Dal Santos, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1402 e 1403, de autoria do Deputado Marcos Isfer, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 18, às dez horas, com a seguinte

**ORDEM DO DIA:**

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 107, 223, 244, 247, 249, 253 e 255/2004.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 242, 256 e 259/2004.

Comunicando ainda os Srs. Deputados da realização de Sessão Solene em comemoração aos 60 anos de Fundação da FIPE-Federação das Indústrias do Estado do Paraná, por proposição do Sr. Deputado Natálio Stica, às 17h00.

Levanta-se a Sessão.

## Transcrição:

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO ANTONIO ANIBELLI, EM SESSÃO DO DIA 17 DE AGOSTO DE 2004.

### “Guararapes: A Empresa Número Um em Exportação de Compensados de Pinus”

Jornal O Estado do Paraná

A Indústria de Compensados Guararapes, com matriz no Município de Palmas (PR) e filiais em Cruz Machado (PR) e Santa Cecília (SC), conquistou o 1º lugar do Prêmio Mérito Exportação. Ao todo, cem empresas paranaense que se destacaram em exportações no setor madeireiro nacional, em 2003, foram reconhecidas durante solenidade realizada na sede do Paraná Clube, oferecida pela Revista da Madeira. Em sua terceira edição, ocorrida no último dia 15, a premiação reuniu mais de 500 empresários exportadores de madeira, que antes do cerimonial assistiram a apresentações da Orquestra Sinfônica do Paraná.

O Diretor-Presidente de Guararapes, João Carlos Ribeiro Pedroso, disse dividir o prêmio com seus funcionários. “Nossa maneira de agradecer a eles é oferecendo todos os benefícios que podemos, como planos médicos e odontológico e cesta básica”, afirma. O grande diferencial da empresa é o tratamento que Pedroso dedica a seus funcionários, estando sempre lado a lado na parte fabril, dando confiança e valorizando a mão-de-obra.

A Guararapes está completando 20 anos de existência, como uma das maiores produtoras e exportadoras de compensados multilaminados de pinus. Também produz lâminas torneadas de madeiras brancas. Devido a sua preocupação com o abastecimento de matéria-prima, em 1992 deu início a um programa de reflorestamento de pinus (elliottii e taeda). Hoje planta cerca de três milhões de mudas por ano.

Para assegurar a produtividade e qualidade final dos produtos, a empresa investe constantemente em tecnologia e qualificação do quadro de funcionários, desenvolvendo um programa de modernização do seu parque fabril. A empresa gera atualmente 1.500 empregos diretos e mais de 25 mil indiretos. Conta com uma produção mensal de 30 mil metros cúbicos de compensados de pinus.

Atualmente, exporta seus produtos para os mercados da Alemanha, Bélgica, França, Itália, Inglaterra, Irlanda, Estados Unidos, América Central e Ásia. Nos últimos anos, a empresa conquistou alguns certificados de qualidade internacional. Entre eles, o “TECO-TESTED OS 1-95, destinado para os mercados dos Estados Unidos e Caribe, e certificado para a Alemanha por meio da agência WKI BFU-100. A próxima meta é certificar os produtos para outros países da Europa e Ásia.

Para o Prefeito de Palmas, Hilário Andrasco, PMDB, este prêmio serve para reconhecer as empresas do setor madeireiro e valorizar a cidade no sudoeste do Paraná como um pólo madeireiro. “Hoje a indústria de compensados é a principal arrecadadora de impostos para o Município. Trata-se de uma empresa muito ativa socialmente, que sempre colabora com as causas de Palmas em inúmeras áreas”, explica Hilário. Além disso, foi a primeira do Município a agregar valor, transformando madeira em compensados. Hoje a qualidade de seus produtos é reconhecida internacionalmente.

## Ata de Comissão:

### COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS 2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 1ª LEGISLATURA ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezessete dias do mês de agosto de dois mil e quatro, às dez horas, na sala de reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Tomada de Contas da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, para sua quarta Reunião Ordinária, com a presença dos Srs. Deputados-membros da Comissão, abaixo-assinados, par deliberar sobre a seguinte pauta: Proposição nº 063/2004 - submeter à aprovação da verba de ressarcimento das despesas dos Srs. Deputados referente aos meses de junho e julho de 2004 e Proposição nº 062/2004 - submeter à aprovação da prestação de contas que compõe os demonstrativos dos balanços financeiro, orçamentário e patrimonial da Assembléia Legislativa, relativas ao exercício de 2003. Havendo número legal e, de acordo com o Regimento Interno, o Sr. Presidente da Comissão, Deputado Duílio Genari, abriu a reunião passando a palavra ao Sr. Deputado Carlos Simões, relator da Proposição nº 063/2004, que trata da verba relativa aos créditos para atender ressarcimento das despesas dos Srs. Deputados, referente aos meses de junho a julho de 2004, conforme Resolução nº 03, de 15 de março de 2004. Analisada a matéria, concluiu o relator que as contas apresentadas encontram-se dentro das normas de sua regulamentação, dada a sua exatidão, e atendem à legislação em vigor, deliberando pelo parecer FAVORÁVEL, sendo acompanhado em sua decisão por todos Deputados presentes. A seguir, o Sr. Presidente cedeu a palavra ao Sr. Deputado José Maria Ferreira, relator da Proposição nº 062/2004 que trata da prestação de contas que compõe os demonstrativos dos

balanços financeiro, orçamentário e patrimonial da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná. Após verificação da matéria o relator decidiu pelo parecer FAVORÁVEL, uma vez que o todo encontra-se exato e dentro das normas de sua regulamentação, sendo aprovada por unanimidade pelos Deputados presentes. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabal-

hos, e, para constar e exercer os efeitos legais, eu, Maria Regina Subtil, secretariei a reunião a lavrei a presente Ata, que após lida e achada conforme, será assinada pelo Sr. Presidente da Comissão, Srs. Deputados presentes, e por mim, Secretária da Comissão de Tomada de Contas.

(aa) DUÍLIO GENARI - Presidente

Maria Regina Subtil - Secretária